

1964

CadernoJU

Os 50 anos do golpe civil-militar que derrubou João Goulart da presidência, implantou uma ditadura e cerceou a liberdade de milhões de brasileiros

FOTOTECA SIOMA BREITMAN/MUSEU JOAQUIM JOSÉ FELIZARDO

TOMAS ARTHUZZI



P9

FOTOGRAFIA

A luz reveladora de
Sebastião Salgado

DEBATE

Projeto prevê a universalização do atendimento a crianças com deficiência nas escolas da rede pública

P8

PÓS-GRADUAÇÃO

UFRGS cresce na avaliação da Capes

Conforme dados da mais recente avaliação trienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Universidade teve 13 de seus programas classificados com o conceito 7 e 16 com nota 6. Entre os que alcançaram o conceito máximo, o PPG em Música se destaca por ser o único de sua área no país com nível de excelência internacional. Esse resultado, na opinião da coordenadora do programa, deve-se à articulação entre a produção bibliográfica de docentes e discentes em artigos e livros e o que eles produzem em termos artísticos, como concertos e álbuns musicais. **P6**

SERVIÇO PÚBLICO

Aposentadoria tem novas regras

Os servidores que ingressaram a partir de 4 de fevereiro do ano passado deverão receber, no máximo, uma aposentadoria equivalente ao teto do INSS, o mesmo pago aos trabalhadores da iniciativa privada. O novo regime também prevê um fundo de previdência complementar, o Funpresp-Exe. Para a professora Máris Gosmann, da Faculdade de Ciências Econômicas, embora o beneficiário saia perdendo, ainda permanecem algumas vantagens do serviço público. Já o docente Cláudio Mazzilli, da Escola de Administração, considera a mudança um desrespeito aos servidores. **P7**

Tecnologia

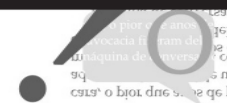
Projeção digital domina o mercado cinematográfico **P4**

Agricultura

Controle da lagarta exige cuidados no manejo **P11**

Arte

Pinacoteca Ruben Berta exhibe um rico e histórico acervo **P13**



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Luz, percepção e verdade

Esta edição marca o começo do semestre 2014/1 e o início das comemorações dos 80 anos de nossa Universidade. Renovada com o ingresso dos aprovados no concurso vestibular, dos selecionados para os cursos de pós-graduação e pela integração de novos professores e servidores técnico-administrativos, a UFRGS retoma as atividades de ensino, tendo como norte o aprofundamento da qualidade acadêmica alicerçada em seu forte compromisso social.

Este ano também assinala o cinquentenário do golpe de 1964. Passadas cinco décadas desse acontecimento que jogou o país em um regime de exceção por 21 anos, mostra-se necessário refletir a respeito das circunstâncias e motivações que levaram à tomada do poder pelos militares. É o

que propõe o Caderno JU deste mês.

Fruto da articulação entre setores da sociedade civil e integrantes da cúpula das forças armadas, o golpe trouxe graves consequências no âmbito das universidades, e a UFRGS foi protagonista dessa história com um triste recorde: ao noticiar a primeira leva dos chamados expurgos de docentes, a imprensa da época registrou que a Universidade havia sido a instituição mais atingida pelos “elementos subversivos”. Em abril daquele ano, dezessete professores foram dispensados, exonerados ou aposentados, o que significou a perda de pessoas de elevado nível intelectual. Após reflexões e propostas de um grupo de trabalho, a UFRGS instala neste mês de março uma Comissão da Verdade com o objetivo de revisar os episódios e esclarecer

os reais acontecimentos desse difícil período da vida institucional. Com isso, queremos jogar luz sobre um período de nossa história que precisa ser mais bem conhecido, até para que não se repita.

Luz é também a palavra-chave para o convidado que ministrará a Aula Magna deste primeiro semestre: o fotógrafo Sebastião Salgado. Entrevistado pela equipe do JU, ele revela que suas fotografias conservam a lembrança da luminosidade das montanhas do interior de Minas Gerais, sua terra natal. Sebastião, que vem a Porto Alegre para participar da sétima edição do Festival Internacional de Fotografia (FestFoto), estará no Salão de Atos da UFRGS no dia 14 deste mês para falar do que motiva o seu trabalho. Luz, percepção e verdade, inspiradora articulação para motivar o novo ano acadêmico.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de
Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Ánia Chala, Cassiano Kuchembocker Rosing,
Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson,
Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno
Fischer, Temístocles Américo Corrêa Cezar

Editora Ánia Chala

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Ánia Chala, Everton Cardoso,
Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e
Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação Kleiton Semensatto da Costa

Fotografia Flávio Dutra (editor),
Gustavo Diehl e Ramon Moser

Revisão Antônio Falcetta

Bolsistas Bárbara Gallo, Júlia Corrêa, Murilo
Zardo e Rafaela Pechansky (Jornalismo)

Circulação Vanessa Gastal Fernandes

Fotolitos e impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 14 mil exemplares

/jornaldauniversidade

Você na Universidade

A Secretaria de Comunicação Social (Secom) lançou um site para comemorar as oito décadas da Universidade. No endereço www.ufrgs.br/80anos, o internauta irá encontrar a programação atualizada das atividades artísticas, culturais e acadêmicas que ocorrerão até o final do ano. Outra atração do site é a seção **Você na UFRGS**, espaço dedicado à valorização de todos os que fizeram a história da Universidade. Estudantes, ex-alunos, servidores, aposentados e colaboradores estão convidados a compartilhar imagens na galeria que ilustra esta caminhada. Envie sua foto para eventos-secom@ufrgs.br.

Memória da UFRGS

LUME / UFRGS



1910

Antiga biblioteca da Escola de Engenharia, situada no prédio defronte à Praça Argentina, no Câmpus Centro da Universidade

Artigo

Curso formará educadores para o meio rural

O curso de Licenciatura em Educação do Campo é uma conquista! Conquista dos docentes, servidores e estudantes da UFRGS, dos movimentos sociais e da sociedade em geral. Insere-se em um esforço de afirmação da Educação do Campo como política pública.

A iniciativa tem por objetivo a formação inicial de educadores para atuarem na educação básica do campo e em instituições que desenvolvam modalidades de assistência técnica e extensão rural. Além disso, prevê a capacitação de professores para a docência em Ciências da Natureza (Química, Física e Biologia) para atuação nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio, inseridos no enfoque da sustentabilidade, dos saberes e conhecimentos localizados no campo. Parte-se do pressuposto da necessidade de desenvolver a especificidade das questões da Educação do Campo em um projeto de formação que articule as diferentes etapas (e modalidades) da educação básica, preparando para uma atuação profissional que vá além da docência, viabilizando as aprendizagens que ocorrem nos espaços educativos escolares e não escolares.

Podemos considerar como aprendizagens não escolares aquelas que ocorrem fora do espaço escolar: nas cooperativas,

nas igrejas, nos clubes, etc., mas que em diversas formas adentram o currículo escolar, os fazeres escolares.

O projeto do curso de Licenciatura em Educação do Campo, com duração de quatro anos, foi elaborado para execução numa perspectiva interdisciplinar por um grupo de professores da UFRGS com formação nas diferentes áreas de conhecimento. Participaram desse grupo docentes que atuam nas seguintes unidades acadêmicas: Faculdade de Educação, Faculdade de Agronomia, Instituto de Matemática, Instituto de Química, Instituto de Física e Instituto de Biociências. O curso será sediado pela Faculdade de Educação, sendo uma parceria com a Faculdade de Agronomia. A aproximação dessas unidades acadêmicas visa a um objetivo comum, que é a formação de educadores para atuar em escolas do campo e em outros espaços educativos no meio rural. Tal propósito vem ao encontro dos objetivos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade, que propõe “a criação de cursos novos, pautada especialmente pela constituição de áreas interdisciplinares, proporcionando a integração de diferentes unidades acadêmicas”.

O currículo está organizado metodologicamente na perspectiva da Pedagogia da

Alternância, que prevê tempo universidade e tempo comunidade, de modo a permitir o necessário diálogo entre os saberes acadêmicos e aqueles saberes oriundos das tradições culturais e das experiências de vida dos alunos. Nesse contexto, 60% da carga horária do curso se dará no tempo universidade, e 40% da carga horária, no tempo comunidade, possibilitando articulações entre teoria e prática. A Pedagogia da Alternância, conforme os marcos normativos da Educação do Campo, em especial a Resolução CNB/CEB/1/2006, vem sendo apontada como a melhor alternativa para a educação básica contemplar as especificidades das pessoas nas suas comunidades rurais, estabelecendo relação expressiva entre as três agências educativas: família, comunidade e escola.

A formação de educadores por área de conhecimento, na perspectiva deste curso de licenciatura, almeja que os docentes egressos contribuam significativamente para a superação da disciplinarização dos saberes, ainda hegemônica nos currículos escolares em geral. Para tanto, a proposta curricular do curso possibilitará que o licenciando vivencie em seu cotidiano acadêmico a valorização e a produção de conhecimentos e saberes contextualizados no mundo da vida rural, em particular os mundos do trabalho

docente e do campo. Assim, é previsto que as disciplinas do curso ocorram de modo articulado nas diversas temáticas abordadas, contemplando os conhecimentos específicos das Ciências Naturais (Química, Física e Biologia), de aspectos da Matemática e das Ciências Agrárias.

A Licenciatura em Educação do Campo será ofertada inicialmente na modalidade Programa Especial de Graduação (PEG) e deverá disponibilizar 360 vagas no câmpus central, em Porto Alegre, e 360 vagas no Câmpus Litoral Norte, em Tramandaí, distribuídas em três entradas (2014, 2015 e 2016) de 120 alunos em cada câmpus. A política nacional de abertura da Licenciatura em Educação Básica do Campo em Instituições Federais de Ensino Superior pretende romper com um ciclo de fechamento de escolas rurais ocorrido nos anos 90. A UFRGS, no câmpus Porto Alegre e no Câmpus Litoral Norte, integrará esse movimento político educacional fundamental para a valorização da cultura do campo e para a promoção do desenvolvimento econômico e humano.

Andréia Dalcin
Coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Câmpus Porto Alegre / UFRGS



► Redação Everton Cardoso - Colaborou: Ânia Chala | Sugestões de matérias para esta página podem ser enviadas pelo e-mail jornal@ufrgs.br

JULIO HOLANDA



O músico pernambucano Siba participa de dois projetos na Universidade



Pesquisa em Pauta

Futebol em ano de Copa do Mundo

Esporte cultuado no mundo inteiro, o futebol atrai visibilidade pelo desempenho de seus jogadores e pela devoção de uma grande massa de torcedores a seus clubes. Com a proximidade da realização de megaeventos esportivos em nosso país, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, ampliou-se o debate em torno dos impactos desses eventos e do papel do esporte na vida dos brasileiros.

Para discutir esse assunto, o programa *Pesquisa em Pauta* entrevistou o professor Arlei Sander Damo, do Departamento de Antropologia do IFCH-UFRGS. Segundo ele, o futebol faz parte da construção do sentimento de pertencimento do brasileiro. “Este é um país em que esse esporte em particular é muito prestigiado por diversas classes sociais, por diferentes grupos étnicos e religiosos, e está muito identificado com a própria construção da ideia de nação.” De acordo com o pesquisador, a Seleção Brasileira traduz a ideia do que seria um Brasil ideal para os brasileiros: diferentes tipos étnicos e sociais se aliando e vencendo.

Na visão do entrevistado, o principal impacto da Copa em nosso país é a potencialização do sentimento de responsabilidade coletiva da população. “A Copa coloca em discussão uma ideia de coletividade. Eu não sei se antes, na história do Brasil, já se discutiu tão abertamente, por exemplo, a questão da destinação dos recursos públicos quanto agora”, aponta.

Damo vê as manifestações como uma reação da população ao contraste entre a proposta inclusiva do time da seleção e o ambiente de exclusão social que está se formando nos estádios. “As pessoas se deram conta de que, embora a Copa vá acontecer no Brasil, a grande maioria dos brasileiros vai assistir aos jogos como sempre assistiu: sentada na sua casa”, destaca.

Na opinião do pesquisador, porém, os protestos ocorridos em 2013, por terem recuado, não representam uma grande tomada de consciência da população.

Débora Sander, *aluna do 3.º semestre de Jornalismo da Fabico*

Assista aos programas

O programa *Pesquisa em Pauta* será exibido no dia 27 de março, às 20h, com reprise às 23h, na UNITV, canal 15 da NET POA.

Sincretismo musical

Popular e onipresente no cotidiano, o gênero canção é uma combinação indissociável entre música e letra: consiste em uma melodia que depende da sonoridade e da poesia das palavras; e em sentidos verbais que vêm carregados de significados advindos da musicalidade. É dentro desse espírito que Siba tem seguido pelo que ele chama de “saltos” pela música e vem à Universidade neste mês para participar dos projetos Vale Doze e Trinta e Núcleo da Canção – este último com mediação de Arthur de Faria.

Ele lançou em 2012 seu primeiro trabalho solo: *Avante* contém 11 temas que encerram a combinação melódico-verbal típica das canções em um repertório cuja pegada mais eletrônica distancia o artista de sua história mais recente junto ao grupo Fuloresta do Samba. Com essa formação, Siba esteve na UFRGS em 2006 para participar do projeto Unimúsica.

“Depois do fogo restam só fumaça e brasas/ E eu tiro as cinzas do meu peito nu/ Daqui a pouco meus dois braços serão asas/ E eu me levanto renascido e cru”, diz a letra de *Preparando o salto*, numa síntese do espírito que o músico imprimiu a esse trabalho que, por primeira vez, prescindiu de uma banda fixa. Sua carreira iniciou há 22 anos, como guitarrista e rabequista da banda Mestre Ambrósio. Depois de uma década, o compositor, cantor e instrumentista embrenhou-se pela Zona da Mata, e disso resultaram duas parcerias que lhe renderam três álbuns com a Fuloresta do Samba e um com o mestre do maracatu rural Barachinha. O encontro com o violeiro, cantor, compositor e pesquisador Roberto Corrêa deu origem ao disco *Violas de Bronze*.

Na recente combinação de rock e maracatu de *Avante*, convivem os afro-brasileiros e enraizados gonguê, alfaías, tarol e ganzá com as roqueiras

guitarra, bateria e baixo para criar uma sonoridade bastante singular. Disponível para download gratuito no site do artista – www.mundosiba.com.br –, o álbum parece mesclar um guitarrista com um cantador cirandeiro, numa combinação entre o novo e o velho, que já há tempos está presente na ‘geleia geral’ – para usar uma ideia do tropicalista e também afeito às misturas Caetano Veloso – que tem sido a música brasileira desde suas origens. A herança dos tempos da parabólica fincada no barro do mangue – metáfora da Manguebeat –, os saltos músico-verbais das canções, o download gratuito de seus álbuns e ainda um belo videoclipe de *Preparando o salto* colocam Siba num lugar de contemporaneidade e demonstram o quanto referências ancoradas em sínteses do local com o forâneo podem fazer circular uma mensagem, seja pela universalidade da linguagem, seja pelos meios por que fluem.

Serviço

Biblioteca de Ciências Sociais reabre em local provisório

Desde o início das aulas, a Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades (BSCSH) está funcionando temporariamente na sala 115 do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (ILEA), de segundas a sextas, das 8h às 20h. A sede da Biblioteca passa por reforma após o alagamento ocorrido em janeiro. Com a redução do espaço, foi necessária uma seleção para a redefinição do acervo, pois não há como disponibilizar a totalidade dos livros. Foram incluídas na seleção todas as obras presentes nos planos de ensino (bibliografia básica e

bibliografia complementar) das disciplinas acadêmicas do IFCH e do Instituto de Letras e, com base em uma pesquisa estatística feita com dados do sistema, os itens de maior circulação do acervo geral da BSCSH. Essa segunda seleção foi realizada no intuito de minimizar os prejuízos aos usuários. O restante do acervo não danificado está depositado em uma sala de acesso restrito aos trabalhadores da biblioteca e poderá ser requisitado mediante solicitação. Como sala de estudos, foi disponibilizado o espaço do *Solarium* no prédio do Instituto de Letras, no Câmpus do Vale.



Fotografia

UFRGS exhibe parte da exposição ‘Genesis’ de Sebastião Salgado

No ano de celebração de seus 80 anos, a UFRGS realiza uma intensa programação cultural. Dentre as atrações previstas para este mês, o público poderá visitar, a partir do dia 14, parte da mais nova exposição de Sebastião Salgado – *Genesis* –, que já passou por Londres, Roma, Rio de Janeiro e São Paulo. *Genesis* é fruto de oito anos de trabalho do fotógrafo brasileiro em locais ainda pouco explorados pela ação humana, nos quais são retratadas a harmonia e a intrínseca conexão entre homem e natureza. As imagens de *Genesis* também resultaram em um livro de 520 páginas, lançado no ano passado pela Editora Taschen do Brasil. A mostra tem curadoria de Lélia Salgado e pode ser vista na área externa do Salão de Atos da UFRGS. Os demais painéis ficarão expostos na Usina do Gasômetro dentro da programação do 7.º Festival Internacional da Fotografia de Porto Alegre (FestFotoPoa). A visitação se estenderá até 14 de junho, e a entrada é franca.

Pesquisa

Programa de Fomento

Estão abertas até 31 de outubro as inscrições ao Programa de Fomento à Pesquisa 2014, oferecido pela Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade. O Programa objetiva apoiar a continuidade de projetos de pesquisa, a organização de eventos e a qualificação de técnicos,

além de estimular a divulgação de pesquisas realizadas por servidores e estudantes em eventos nacionais e internacionais. Informações completas podem ser acessadas pelo endereço www.ufrgs.br/propeq ou pelo telefone 3308-3209.



Película virou vintage

Tecnologia

Projeção digital ganha força e deve dominar o mercado cinematográfico

“É a força da grana que ergue e destrói coisas belas”: é assim, parafraseando Caetano Veloso, que Roberto Tietzmann, membro da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (Socine), define o cenário cinematográfico atual. O professor e outros especialistas da área são unânimes: o digital veio para ficar. Recentemente, a imprensa norte-americana causou burburinho ao divulgar que a *Paramount* passará a trabalhar exclusivamente com o formato. A decisão tomada pela empresa deve encorajar outros grandes estúdios a fazerem o mesmo: a *Fox* e a *Disney* também já avisaram que, dentro de dois ou três anos, não irão lançar mais filmes em película. Estúdios, produtores e cineastas têm buscado novas formas de confecção e distribuição de acordo com o mercado consumidor. O momento é de transição para os muitos que ainda primam pelo projetor analógico, que foi o padrão da chamada sétima arte durante mais de um século.

Digitalização é cara – Enquanto, para essas empresas, a mudança resulta em vantagens – uma cópia em

película custa 20 vezes mais para ser produzida e distribuída do que uma digital –, as salas de cinema lutam para se modernizar. Nos EUA, a grande maioria dos cinemas já está adaptada à novidade. No Brasil, se fala em uma “política de coexistência” dentro das salas, com projetores analógicos e digitais. “O processo de digitalização é muito caro, chegando a custar R\$ 500 mil por sala. É uma alternativa viável apenas para as grandes redes”, informa Roberto, se referindo àquelas localizadas, em sua maioria, em espaços comerciais, como shopping centers.

Carine Wallauer é gerente do Cinespaço, responsável por trazer a primeira sala IMAX 3D a Porto Alegre. Localizado no Shopping Bourbon Wallig, o local conta com uma tela gigante, projeção de alta definição e som retumbante, ampliando a percepção do 3D. Carine vislumbra uma transição total para o digital também no Brasil. “É uma tendência que já está em andamento nos últimos anos e deve se intensificar nos próximos meses”, afirma. Entre as opções do mercado, o equipamento atualmente mais valorizado é o DCP – Digital Cinema Package. No que diz respeito à projeção, estipula-se que o ideal seja um projetor de no mínimo 2k (duas mil linhas de resolução).

Salas apostam no blu-ray – Em Porto Alegre, espaços de cinema alternativos, como a Cinemateca Paulo Amorim, situada na Casa de Cultura Mario Quintana, não têm uma solução à vista. Em funcionamento há mais de 30 anos,

conta com três salas, Paulo Amorim, Norberto Lubisco e Eduardo Hirtz, e fiéis frequentadores que gostam do clima nostálgico que o espaço proporciona.

A questão vem preocupando cada vez mais a jornalista Mônica Kanitz, que cuida da programação do local. Ela conta que o público que lotou as sessões de *Azul é a cor mais quente* é o mesmo que estaria presente em exhibições de *Ninfomaníaca*, de Lars von Trier. “Mas o filme, no entanto, não foi disponibilizado em película ou em blu-ray”, lamenta. Ela se refere a uma alternativa cada vez mais presente em outras salas de rua, como a P.F. Gastal e o Cine-Bancários, que também aderiram ao blu-ray. “A imagem é excelente, e para salas pequenas é uma ótima saída”, defende. Os donos das salas têm de contar, então, com a boa vontade das produtoras. Segundo ela, as “majors”, como a *Paramount* e a *Fox*, se recusam a lançar seus filmes em blu-ray; já produtoras médias, como a *Emovision* e outras pequenas locais, como a *Zapata*, têm recorrido à alternativa, enquanto as salas tentam encontrar uma maneira de financiar a mudança. “Mas não poderemos contar com o blu-ray pra sempre. O nosso futuro é incerto”, revela a programadora.

Digital x película – Leonardo Pedrosa, responsável pela programação da Sala P.F. Gastal, da Usina do Gasômetro, já trabalhou nos cinemas do Shopping Bourbon Wallig e pôde verificar na prática a diferença entre os dois modelos. Conforme Leonardo, as grandes

salas têm uma preocupação com a questão financeira, sendo necessário fazer os filmes circularem. “É o funcional dos centros comerciais contra o artesanal das pequenas salas”, aponta Leonardo, que ainda pondera: “Com o grande volume de produções e a falta de locais equipados com DCP, muitos filmes acabam não sendo lançados por aqui. Infelizmente, é uma limitação, sim, que nos coloca atrás de capitais como São Paulo”, lamenta.

Mas se engana quem pensa que esse tipo de tecnologia é livre de defeitos. Para evitar a pirataria, o DCP possui um sistema de segurança rigoroso. O arquivo é criptografado e só pode ser lido após ser liberado por uma KDM (Key Delivery Message), uma extensa sequência numérica. “O problema é que é necessário um código por sessão e, se ela tiver algum erro, o DCP continua bloqueado”, observa Leonardo, que relembra algumas situações de cancelamento de sessões. Outra desvantagem é que, como qualquer arquivo digital, o DCP pode estar corrompido, e a projeção fica sujeita a parar no meio da exibição do filme. “Com o blu-ray não há este risco, é só rodar o DVD”, lembra Mônica.

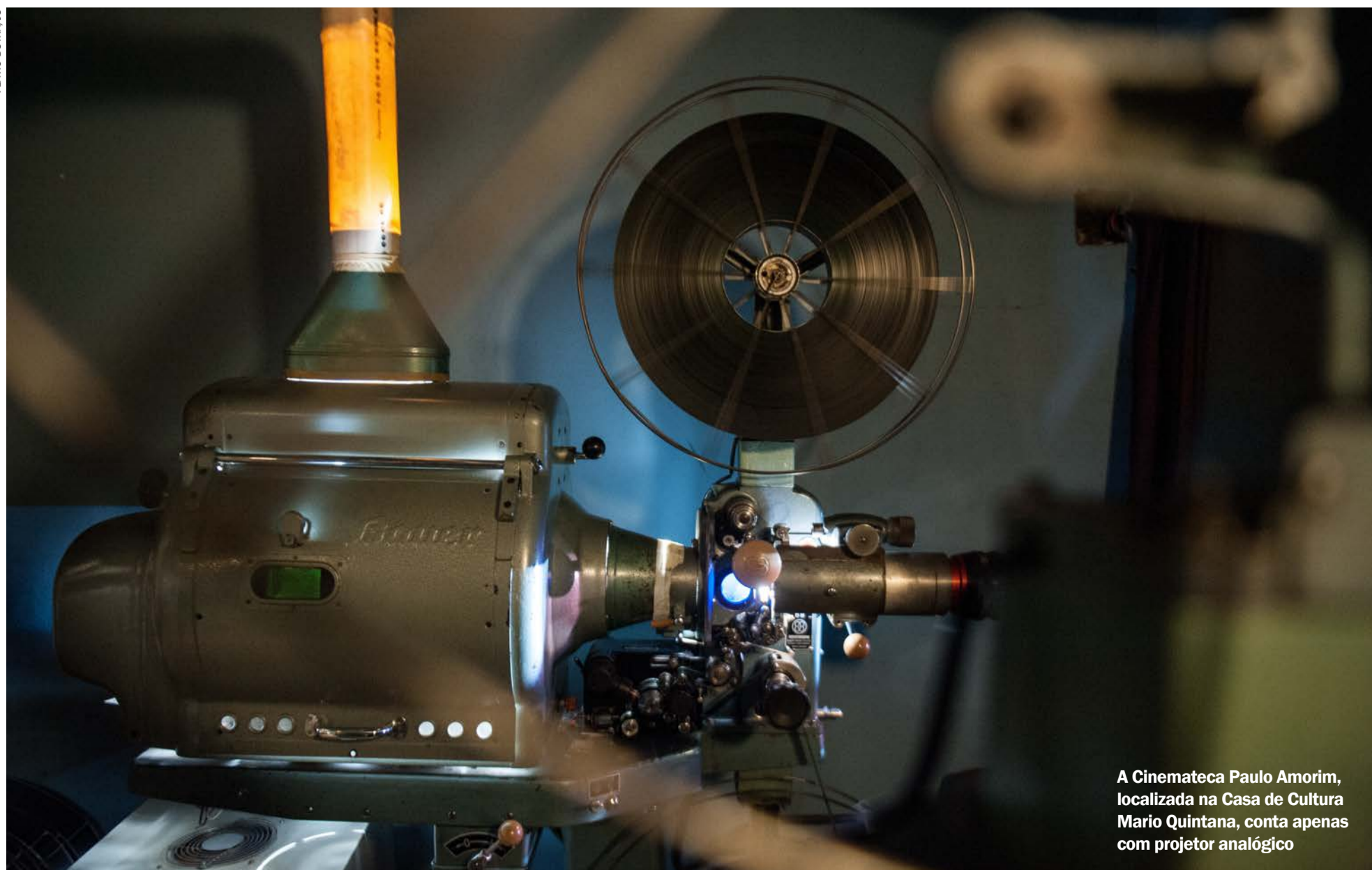
Película, DCP, AUWE, blu-ray: a disponibilidade de opções de formatos no mercado também pode trazer problemas. Carlos Gerbase, cineasta e sócio da Prana Filmes – produtora que cuida da programação do Cine Santander Cultural, outra sala alternativa de Porto Alegre –, define o momento como uma verdadeira “torre de Babel”. “O padrão é não

ter padrão”, diz. Resultado disso são os problemas ocasionais durante festivais de cinema em São Paulo. “Na hora do início da sessão, o filme acaba não rodando por motivo de incompatibilidade”, lamenta.

Questão artística – Mas, quando se discute o quanto o movimento tecnológico influencia na realização das novas produções cinematográficas, as opiniões se dividem. Gerbase dá tanta atenção à questão que logo comenta que o assunto pautou sua tese de doutorado. Ele explica que existem diversas respostas para o problema, com muitos teóricos inferindo que o fim da película resultaria no fim do cinema como sétima arte. O professor é mais diplomático: “Para mim, a diferença está, basicamente, no processo de realização do filme, mas o resultado acaba sendo quase o mesmo, seja ele filmado de forma digital ou analógica”. Para Gerbase, devemos saber nos adaptar e aproveitar o que a tecnologia nos oferece de melhor. “Antigamente, se pensava mais sobre o roteiro. Agora, com o digital, muitos caem na armadilha de gravar e gravar, e se perdem no meio de tanto conteúdo”, pondera. Entre vantagens e desvantagens, Roberto, da Socine, lembra que o digital facilita no que diz respeito à captação de som e imagens. “Há uma ideia da democratização por trás da acessibilidade”, sentencia, e completa: “Não tem como fugir do digital, a película virou vintage”.

Rafaela Pechansky, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

FLÁVIO DUTRA/JU



A Cinemateca Paulo Amorim, localizada na Casa de Cultura Mario Quintana, conta apenas com projetor analógico



FLAVIO DUTRA/JU

Já pra rua!

O chef Rodrigo Paz em uma ação do projeto Comida de Rua, que tem reunido adeptos da gastronomia e público em ruas e em outros espaços de circulação urbana da capital

Comportamento Movimentos buscam levar as pessoas de volta às áreas públicas

Everton Cardoso

Num momento em que o imaginário social parece relacionar a rua à insegurança, Porto Alegre tem visto um número significativo de atividades e projetos que pretendem levar as pessoas de volta às partes do território da cidade que são, em tese, destinadas à circulação e à convivência social. Piqueniques, serenatas, feiras, carnavais e até sessões de cinema têm convidado para um movimento na contramão da tendência de cercar e amurar casas e prédios e de se refugiar em espaços fechados, como o dos shopping centers.

“Queremos transformar a rua, de maneira que seja como uma segunda casa das pessoas. Um lugar onde possam comer, se divertir, estar com amigos”, entusiasma-se o chef Rodrigo Paz, um dos idealizadores e organizadores do Comida de Rua. Em parceria com a estudante de Publicidade e Propaganda – e namorada – Dafny Zanchetta, o profissional da gastronomia tem realizado periodicamente um projeto que pretende fazer confluir a cozinha rebuscada e o público em lugares onde normalmente não se espera que esse encontro se dê. A dimensão a que o projeto chegou impressiona pelos números da edição de dezembro passado: o casal estima que foram servidas 4 mil porções

de comida por 14 chefs a cerca de 7 mil visitantes. Realizado na Rua da República, quase esquina com a Rua João Alfredo e próximo ao Colégio Pão dos Pobres, o evento foi fruto da experiência acumulada nas mais de dez edições anteriores. “Para não ter filas, tínhamos quatro pontos de venda antecipada na Cidade Baixa”, explica Rodrigo sobre a solução para o principal problema enfrentado pelo projeto em sua edição anterior, ocorrida em novembro.

Resultado da inquietação do chef quando recém-chegado a Porto Alegre depois de uma temporada em Buenos Aires e São Paulo, o Comida de Rua tem sido uma oportunidade para que o trabalho dos gourmets profissionais chegue a um público que, de outro modo, não teria acesso a esse tipo de refeição. Vendidas a R\$ 10, as porções ainda têm 20% desse valor destinado à manutenção da iniciativa. “Pagamos do nosso bolso toda a estrutura. O lucro não é fundamental, mas ele precisa existir. Até agora tem empatado”, pondera Rodrigo. “Tem chefs que não ganham num mês o

que ganham na feira. Por isso, é uma ótima oportunidade para novos profissionais mostrarem seu trabalho”, comemora. O organizador, no entanto, apressa-se em aclarar: “Não queremos só sugar das ruas”. Por isso, Dafny e ele têm realizado uma versão com preocupação social: travam contato com moradores de rua e, com eles, trocam experiências sobre como cozinhar melhor e da forma mais saudável, usando as possibilidades que esses indivíduos têm a seu alcance.

Horários antes impróprios – Se estar à rua já é associado a perigo, mais ainda quando se trata de sair porta afora à noite, o que parece impensável quando se pretende ir a parques. Por isso, soa tão surpreendente a proposta de um piquenique em um desses espaços em pleno sábado à noite, como os que organizam o bancário Pedro Loss, a administradora Sigrid Diercks e o chef Jorge Nascimento. A partir da experiência da Serenata Iluminada, que reuniu cerca de 1.500 pessoas no Parque da Redenção em 2012,

começaram a ser organizados eventos noturnos em diversos espaços públicos da cidade e que também pretendiam promover encontros com chefs. Para se ter uma ideia do sucesso desses eventos, à Redenção acorreram, em dezembro, cerca de três mil pessoas para o sexto Piquenique Iluminado. O número expressivo – mais que o triplo da média das edições anteriores – se deveu a uma mudança na forma de chamar o público: se antes era feita por meio de um evento fechado a amigos no Facebook, agora é por um aberto a quem quiser se juntar. Para este ano, Pedro anuncia que o grupo pretende organizar mais quatro “tomadas” de parques. O bancário avalia que, inclusive, têm acontecido melhorias nesses espaços a partir dos eventos, tal como na iluminação do Parcão – que recebeu três piqueniques. “A parte que fica atrás da Escola Uruguai é muito mal iluminada, então estamos pensando em fazer um próximo lá”, diz. E pergunta: “Não é frequentado porque é mal iluminado ou é mal iluminado porque não é frequentado?”

O fato de a Cidade Baixa ser um bairro noturno, boêmio e com muitos transeuntes tem sido, recentemente, motivo de acalorados debates, sobretudo a partir de uma onda de fechamento de estabelecimentos irregulares pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio. Para amenizar a imagem de decadência que vinha sendo associada àquela área é que surgiu o projeto Cidade Baixa em Alta. Encabeçado pela agência de publicidade Woodoo, reúne 57 estabelecimentos, como bares, lancherias, casas noturnas e até mesmo creches e estacionamento. Segundo o publicitário Tiago Faccio, a intenção é revitalizar o bairro. “Queremos fortalecer a imagem do lugar como polo gastronômico e noturno”, explana. Para isso, têm-se feito eventos que pretendem recuperar, em especial, o espaço público do lugar. São sessões de cinema ao ar livre, piqueniques no pátio do Museu Joaquim Felizardo, feiras de escambo, carnaval de rua e outras ações que levam moradores e frequentadores ocasionais da Cidade Baixa às ruas.

Espaço público em debate

Conforme a pesquisadora Célia Ferraz de Souza, do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (Propur) da Universidade, as cidades sempre tiveram espaços públicos destinados ao lazer. “Os eventos aconteciam na rua, as pessoas colocavam cadeiras na calçada, como ainda acontece em alguns lugares. O espaço, embora não tivesse equipamento algum, servia de apoio à sociabilidade”, explica. Em outros tempos, as atividades que levavam as pessoas a esses locais eram, desde o período colonial até meados do século XX, diferentes das atuais: enforcamentos, canchas retas e festas religiosas e pagãs faziam bastante sucesso. Também famosos eram os footings – passeios a pé – pelo centro da cidade

e, mais tarde, as greves e manifestações políticas. Esse cenário muda a partir do final da década de 1970, com a disseminação da televisão, e se acentua nos anos 1980, com o videocassete. Cada vez mais, as pessoas ficavam em casa para atividades de descanso. A pesquisadora afirma que violência sempre houve, contrariando o imaginário de que esse teria sido um fator que fez com que as pessoas se refugassem em ambientes fechados.

É nos primeiros anos deste século que esse quadro novamente se modifica. Para o mestrando Marcelo Heck, vinculado ao Propur, o debate se instala de fato com a realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre. “Surgiu um movimento pela ‘cidade para as pessoas’”, conta sobre a

tentativa de incentivar a vida urbana a pé. O professor Eber Marzulo, também pesquisador do Propur, aponta as recentes movimentações de ocupação do espaço público – sejam elas de caráter social ou político – como uma reação a um processo de privatização ou de forte estatização desses lugares. “Essas ações têm um caráter de resgate sem se submeter à normatização estabelecida”, diz sobre movimentos que contestam a necessidade de aprovação de órgãos estatais para a ocupação de parques, praças e ruas. “Daqui a pouco, vamos ter que pedir autorização para passear ou jogar bola”, ironiza. Mas complementa em tom otimista: “O importante é o resgate do espaço público como lugar de encontro”.



Pós-graduação qualificada

FLÁVIO DUTRA/JU



Alexandre Fritzen é aluno do doutorado no Pós-graduação em Música da UFRGS, o único no país em sua área com conceito máximo

Capex Avaliação trienal dos PPGs mostra crescimento dos programas da Universidade

Everton Cardoso

Sempre que saem os resultados das avaliações feitas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) sobre os programas de pós-graduação, há intenso debate que segue um triênio de muito esforço e expectativa. No caso da UFRGS, os números divulgados em dezembro se mostram po-

sitivos: dos 81 PPGs analisados no período entre 2010 e 2012, 13 obtiveram conceito 7 – o máximo – e 17 receberam nota 6. Isso quer dizer que 37% deles têm excelência internacional. Com nível também excelente, mas em âmbito nacional, 28 programas alcançaram conceito 5.

No balanço feito pelo pró-reitor de Pós-graduação da Universidade, Vladimir Pinheiro do Nascimento, o fato de a média entre os conceitos de todos os programas ter gradativamente subido é indicio de constante qualificação. No levantamento mais recente, a média dos conceitos obtidos pelos PPGs da Universidade foi 5,17 – o que representa um incremento se comparada ao índice anterior, que era de 5,06. Se tomado por parâmetro o conceito da primeira avaliação trienal realizada en-

tre 1996 e 1997, esse aumento é ainda mais significativo: naquele período, a média foi de 4,59. “Em termos de qualidade, a UFRGS, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Campinas (Unicamp) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) se alternam em posições, dependendo do enfoque que se dá aos dados”, pondera o pró-reitor. Além disso, para Vladimir, a posição da Universidade no contexto nacional tem um mérito adicional: sendo a quarta no país em número de programas, tem dificuldade para sustentar a qualidade. “É mais difícil manter o conjunto em excelência”, analisa.

Experiências positivas – Entre os programas que obtiveram nota máxima nessa avaliação, o PPG em Música se destaca: é o único de sua área com conceito 7 no Brasil. Na

opinião da coordenadora, Catarina Domenici, isso se deve, em boa medida, à articulação que existe entre a produção bibliográfica de docentes e discentes em artigos e livros e o que eles produzem em termos artísticos – como concertos, álbuns musicais, recitais e composições. “No programa, é comum superarmos a meta estabelecida pela Capes”, ressalta a professora e pesquisadora. Outro fator importante é a forte internacionalização. Não só pela ida de professores e estudantes ao exterior ou pela publicação de trabalhos em revistas de circulação internacional, mas também por meio da marcante presença de mestrandos e doutorandos estrangeiros entre o corpo discente. Para se ter uma ideia, dentre os atuais 49 doutorandos, há um mexicano, um estadunidense, um argentino e

um paraguaio; e entre os 44 mestrandos, cinco colombianos, cinco argentinos e um mexicano. São, pois, 15 estudantes num total de 93, ou seja, perfazem 16%.

Também o PPG em Ciências Médicas se distinguiu: com conceito 4 no triênio anterior, agora obteve 6. De acordo com o coordenador do programa, Wolnei Caumo, uma das estratégias adotadas para tal salto foi a definição de metas bastante ambiciosas em termos de produtividade: usaram como referência o mínimo exigido para o conceito 7. “Faltaram apenas dois pontos percentuais em um dos índices para atingirmos a nota máxima”, revela. Entre as medidas adotadas figuram, ainda, uma redução no corpo docente – agora mais exigido em termos de produtividade – e a diminuição do número de alunos – antes, eram 340, agora são 200 – com vistas a desenvolver um trabalho mais intensivo e próximo. Em termos de produção bibliográfica, o coordenador ressalta que, para cada dissertação ou tese defendida, é publicada uma média de 1,6 artigos.

Com conceito máximo desde a primeira avaliação feita pela Capes, no triênio 1996-1997, o PPG em Física, que tem forte tradição advinda de uma experiência acumulada desde 1958 – foi o segundo programa de pós-graduação criado na Universidade, após o de Genética –, manteve a excelência. Para o coordenador João Schmidt, o alto desempenho se deve principalmente a dois fatores. O primeiro deles é uma postura presente desde o início no programa: o desenvolvimento de projetos de pesquisa de relevância, com estrutura compatível e cujos resultados são publicados em revistas internacionais. Além disso, o pesquisador aponta o fato de formarem uma comunidade entre professores e estudantes, o que cria um ambiente de camaradagem e, ao mesmo tempo, um compromisso para manter os padrões. “Há uma cobrança intrínseca e muita coesão”, diz.

Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor

antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► drive A(pavorado)

É só encontrar o prédio 125.667-B... que serão esclarecidas todas as dúvidas iniciais: se são necessários passaporte e repelente para ir até o câmpus, se para participar do centro acadêmico é pré-requisito saber jogar sinuca, se é necessária autorização médica para fazer as refeições no RU. Essas são as questões gerais da chegada que se vão esmiuçando conforme a proximidade. A seguir vêm a se no material escolar está especificado o uniforme, se é verdade que os pais são notificados ao se chegar atrasado três vezes, a decifração do nome quilométrico da disciplina. Indagações pertinentes. Mas as dúvidas imperativas, de caráter regulatório, que devem ser iluminadas são: ao não se pagarem as mensalidades, corre-se o risco de CPI?

É permitido ir ao banheiro durante as aulas? No dia do boletim, os pais devem comparecer? Quem não tiver tablet poderá frequentar o curso?

Quanto às respostas a essas prováveis e angustiantes inquietações, e a outras tantas possíveis para quem chega, sugiro que as encaminhe por ofício ao Decordi, depois de passar pela Prorext e virar à esquerda na Comgrad. Caso não sejam sanadas, é só voltar ao PPG da Unidade e esclarecer na secretaria, ou ainda enviar um email à SEAD, que o encaminhará à Relinter. Se mesmo assim não der certo, comunicar urgentemente à Suinfra, que por seu turno acionará, finalmente, a PRAE. É simples. E não há com o que se preocupar. Agora, se nem com as minhas mentiras travestidas de engraçadinhas foi possível relaxar, deixe tudo como está. Logo você pega o jeito.

► drive C(ognoscitivo)

Como visto, muitas são as indagações ao ingressarmos num ambiente novo, em especial este, enorme, cheio de desafios e obstáculos, e com uma série de atrativos. E nada mal conhecer pessoas novas em um cotidiano em que há muitas possibilidades de crescimento pessoal. Até aqui, tudo bem. Tem-se, no entanto, de não cochilar (muito), pois vivemos um período cheio de paradoxos, e um deles, e sério, é justamente o da educação, ao mesmo tempo com muitas necessidades de mudança, mas com uma gama de oportunidades pouco vista. É importante ainda, apesar de óbvio, se entender que os resultados desse período acadêmico terão relação direta com o esforço pela busca de saber. Comparecer, fazer, terminar

pode ser como atravessar um longo e enfático corredor; se forem buscados os meandros, as salas algo obscuras, se se deixar levar pelo labirinto, entretanto, o caminho será muito mais interessante e rico. É aqui que há a possibilidade de conhecimento. E essa sede encontra par numa sociedade que precisa demais de qualidade de vida e que deposita suas expectativas no ensino superior. Ainda que os nossos doutos professores não sejam superseres, a sociedade espera, sim, que muitas das respostas, talvez às perguntas mais complexas, resultem em mudanças profundas, produto de análises acadêmicas perspicazes. Temos, também por isso, um compromisso social que não se esgota no cumprimento dessa pequena trajetória e que se inicia com o direito a muitas interrogações.



Previdência em debate

Aposentadoria *Mudança do regime dos servidores públicos federais ainda é motivo de dúvida*

Everton Cardoso

Quando se fala em serviço público no Brasil, normalmente está associado ao tema um conjunto de privilégios que inclui a possibilidade de uma aposentadoria integral e paritária com a remuneração dos servidores da ativa. Essa perspectiva, no entanto, foi alterada por mais uma mudança feita pelo governo federal: aqueles concursados cujo ingresso se deu a partir de 4 de fevereiro de 2013 receberão, no máximo, uma aposentadoria equivalente ao teto do INSS, o mesmo pago a trabalhadores da iniciativa privada. O valor atual é de R\$ 4.390,24 e a contribuição mensal correspondente é de 11% da remuneração, incluindo o vencimento básico e as vantagens de caráter permanente.

Mais uma transição – A partir dessa mudança, convivem três regimes de aposentadoria entre os servidores públicos federais. O primeiro, para aqueles que ingressaram até 31 de dezembro de 2003, prevê aposentadoria integral. Quem ingressou depois dessa data até 3 de fevereiro de 2013 já está submetido a uma nova perspectiva: ao aposentar-se, receberá o equivalente à média dos 80% maiores salários recebidos na carreira. E o terceiro sistema é o que atualmente vigora: limita os rendimentos dos aposentados ao teto do INSS e prevê um fundo de previdência complementar.

Nesse sentido, é importante ressaltar que alguém que tenha ingressado no serviço público federal sob um dos regimes anteriores nele permanece, mesmo que venha a prestar novo concurso ou trocar de cargo – desde que não haja interrupção no vínculo, ou seja, desde que a posse no novo cargo se dê sem que tenha havido desligamento. Quem ingressou nos dois regimes

anteriores tem agora a opção de migrar para o atual sistema. Esse, porém, ainda é um tema sobre o qual há pouca informação, pois a Orientação Normativa que trata disso foi elaborada e divulgada pelo Ministério do Planejamento apenas no final de dezembro de 2013.

Para quem tem proventos maiores que o teto previsto ou deseja rendimentos mais altos para a aposentadoria, o governo criou a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe). Segundo o diretor-presidente da instituição, Ricardo Pena, ainda não há dados consolidados sobre o número exato de servidores que tomaram posse desde que entrou em vigência o novo regime previdenciário, mas ele estima um índice de 20% de adesão. “Muitos órgãos realizaram concursos e ainda não efetivaram os servidores, outros fazem longos cursos de formação”, justifica.

No caso da Universidade, até o dia 25 de fevereiro passado houve, segundo dados da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, quinze adesões. Esses servidores optaram por fazer contribuições de 7,5%, 8% ou 8,5% sobre seus rendimentos ao fundo, para além dos 11% obrigatórios. Nesses casos, a UFRGS contribui com o mesmo percentual. No quadro da instituição, porém, somente servidores técnico-administrativos de nível superior e com algum adicional – como o incremento de 52% sobre o vencimento mensal básico dado àqueles que têm mestrado – e professores atingem o teto estipulado. Ainda assim, servidores que não atinjam o teto podem contribuir com o fundo de maneira voluntária, mas sem a contrapartida da Universidade. O mesmo vale para aqueles cujo regime de previdência seja algum dos dois anteriores a fevereiro de 2013.

Perspectivas – A economista Tanise Bussmann ingressou no serviço público em 8 de agosto de 2013. Por estar fazendo mestrado em sua área de formação, a servidora que atua no Departamento de Informações e Pesquisas Institucionais da Pró-reitoria de Planejamento da UFRGS optou por designar ao fundo, mensalmente, desde 29 de agosto do ano de seu ingresso, 8,5% de sua renda. “Resolvi contribuir como uma forma de poupança”, explica sobre a contribuição ainda sem a contrapartida da União.

Aos 26 anos e com previsão de obter o título de mestre neste ano – momento em que atingirá o teto –, já prospecta que se aposentar apenas com o teto do INSS seria insuficiente para manter o padrão de vida que deseja. Ela prevê, ainda, que será prejudicada pelo fato de o valor dos rendimentos na aposentadoria de-

pendarem dos reajustes oferecidos pelo governo. Isso difere do que acontecia nos regimes anteriores, cujos aumentos estavam vinculados àqueles concedidos aos servidores da ativa.

Numa linha semelhante à de Tanise, o presidente da Funpresp-Exe enfatiza a necessidade de planejamento para se ter um futuro mais tranquilo. Ricardo Pena destaca, ainda, duas outras vantagens para quem optar pelo fundo: mais imediatista é a possibilidade de abater as contribuições no Imposto de Renda; a médio e longo prazos, as coberturas por invalidez e morte oferecidas ao participante.

O professor Rodrigo de Oliveira, do Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito da Faculdade de Direito, também deposita no Funpresp a perspectiva de uma aposentadoria melhor. Além dos

8,5% – o percentual máximo com contrapartida da União –, o docente contribui mensalmente com R\$ 100. “Eu gostaria de contribuir com 15%”, sublinha. Seu ingresso se deu exatamente no mês de transição entre os regimes previdenciários, em fevereiro de 2013. “Não me senti prejudicado. Esse sistema é uma tendência, pois há uma crise do Estado social, e a maioria dos países tem reformado seus modelos previdenciários, como foi o caso da Espanha”, pondera. E diz, com a expectativa de poder colaborar, de alguma forma, nos comitês de servidores que terão participação na administração do Funpresp: “Faço votos de que o fundo tenha uma gestão transparente e democrática, para que as pessoas adquiram confiança nele. É cedo para ver se vai funcionar, mas a ideia é que se tenha muita informação”.

Estado em mudança

Na avaliação da professora Máris Gosmann, da Faculdade de Ciências Econômicas, essa mudança representa uma adequação do Brasil a uma tendência já vista na iniciativa privada. “Tira-se a responsabilidade total do governo pela aposentadoria”, explica. Segundo ela, o Funpresp designa ao próprio participante a gestão de sua aposentadoria individual. “Ainda não está tudo muito claro, mas daqui a pouco chegamos lá”, prevê. “É óbvio que o beneficiário sai perdendo”, ressalva, “mas ainda assim permanecem vantagens do serviço público.” Máris faz uma análise mais ampla do contexto brasileiro para pensar sobre o tema: segundo a pesquisadora, a população do país não tem o hábito de poupar, o que se tem modificado aos poucos nos últimos anos em razão do maior acesso a uma renda superior a R\$ 2 mil – valor este considerado um parâmetro para permitir guardar dinheiro.

Já o professor Cláudio Mazzilli, da Escola de Administração, percebe essa mudança como resultado da implementação de um Estado mínimo, submetido a uma estrutura capitalista e não ao posicionamento típico de uma social-democracia. Tomando a perspectiva da burocracia proposta pelo sociólogo Max Weber, o pesquisador vê na aposentadoria integral e com igualdade de proventos aos dos funcionários da ativa um direito desses trabalhadores por sua dedicação e especialização demandadas pelo tipo de funções que exerceram. As recentes mudanças seriam, conforme Cláudio, uma forma desrespeitosa de tratar os servidores públicos federais. Ainda de acordo com o professor, deve haver pressão por parte desses trabalhadores para que o funcionamento desses fundos se dê de forma transparente e clara. Para ele, há exemplos de entidades do gênero que deixaram seus participantes no prejuízo. Foi o caso do Aerus, fundo de previdência complementar da Varig – que chegou a ser a quarta maior companhia aérea do mundo e parecia ser empresa sólida. A instituição foi liquidada extrajudicialmente no mês passado e há dúvidas sobre se haverá dinheiro para pagar todos os participantes, como afirmou o liquidante do fundo, José Pereira Filho, ao jornal *O Estado de S.Paulo*.



O professor Rodrigo de Oliveira contribui com o Funpresp e espera que o fundo tenha uma gestão democrática e transparente



GUSTAVO DIEHL/JU

Inclusão ameaçada



Para crianças como João Vítor, atendido pela Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) de Porto Alegre, a aprovação da lei obrigará o ingresso em uma escola regular

Política Projeto gera debate a respeito da universalização do atendimento a crianças deficientes na rede pública

Imagine uma sala de aula do do ensino fundamental com 25 alunos. Dois desses jovens sofrem de síndrome de Down, outro é diagnosticado com déficit de atenção e autismo, e um quarto estudante é cadeirante e possui transtorno bipolar. Situações como essas são cada vez mais comuns no cotidiano escolar brasileiro, estimulando a convivência com pessoas com deficiência e a sua gradual participação em um dos âmbitos de maior importância para o desenvolvimento sociocognitivo das crianças. Na última década, o país registrou uma evolução significativa na política de inclusão das crianças com deficiência em escolas de ensino regular. Segundo dados

do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do MEC, entre 1998 e 2010, o aumento no número de alunos especiais matriculados em escolas comuns foi de 1.000%. Em 1998, dos 337,3 mil alunos contabilizados em educação especial, apenas 43,9 mil (13%) estavam matriculados em escolas regulares ou classes comuns. Em 2010, dos 702,6 mil estudantes na mesma condição, 484,3 mil (69%) frequentavam a escola regular. Em contrapartida, o percentual de estudantes matriculados em escolas especializadas e em classes especiais caiu no período.

O Rio Grande do Sul acompanhou esse crescimento e, através da Assessoria em Educação Inclusiva

do Departamento Pedagógico da Secretaria de Educação, responsável pela gestão da área da Educação Especial na rede pública estadual, tem priorizado a oferta do Atendimento Educacional Especializado por meio da adesão ao programa federal de implementação das salas de recursos multifuncionais. O estado também aderiu ao projeto Escola Acessível, apostando na qualificação dos espaços escolares com relação à acessibilidade física.

Polêmica – Mas a política de inclusão é também alvo de controvérsia: enquanto alguns defendem que o atendimento às crianças com deficiência deve se dar apenas em

escolas especiais, outros sustentam a tese de que a verdadeira inclusão ocorre na rede convencional, que deve ser obrigada a se preparar para receber os alunos.

Tal discussão tem como base o projeto de lei que cria o Plano Nacional de Educação (PNE) para vigorar de 2011 a 2020, enviado pelo governo federal ao Congresso em 15 de dezembro de 2010. O novo PNE apresenta dez diretrizes objetivas e vinte metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. Alvo de polêmica, a meta 4, que trata da universalização do atendimento escolar para a população com deficiência de 4 a 17 anos na rede regular de ensino, já havia sido aprovada na Câmara dos Deputados. Entretanto, recebeu uma nova proposta de redação ao ser avaliada no Senado. O documento, apresentado pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa, o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), sugere a remoção da palavra-chave do texto, o termo “preferencialmente [no ensino regular]”, resultando no veto da possibilidade de escolha na hora da matrícula. Dessa forma, os pais serão obrigados a optar pela integração dos filhos com deficiência no ensino regular, excluindo a atuação de entidades não governamentais e filantrópicas ligadas ao ensino especializado.

Representantes de instituições como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) estão mobilizados e reagiram contra a mudança. Para esses, a alteração é vista como uma ameaça de extinção dos centros de educação especializados e pode trazer grandes problemas futuros, já que os profissionais da rede pública e as dependências físicas não estariam preparados para receber alunos com deficiência.

Boa intenção não basta – No Rio Grande do Sul, existem 145 escolas especiais autorizadas – duas localizadas em Porto Alegre – que atendem a cerca de 20 mil alunos. Mesmo assim, o número de jovens com deficiência sem qualquer tipo de atendimento pela rede regular ou especializada ainda é muito grande.

A coordenadora pedagógica da Apaes-RS, Lúcia Centena, revela que a associação apoia a instauração do PNE e o estabelecimento da meta 4, desde que o aluno passe por uma fase preliminar e preparatória em uma escola especial. “Queremos a inclusão de jovens deficientes no ensino regular, porém os alunos deveriam passar antes por um centro de ensino especializado. Não podemos esquecer que a maioria dos colégios não conta com professores e outros profissionais capacitados para atendê-los nem possui a infraestrutura adequada para funcionar”,

diz. Ela considera que a coexistência dos dois tipos de ensino é a alternativa mais razoável.

Lúcia destaca que o trabalho na instituição é feito com famílias de baixa renda em 90% dos casos e que o retorno dos alunos aos centros após uma experiência de inserção no ensino regular é muito comum. “A integração da escola, do governo e da universidade para dar suporte e avançar com as melhorias é essencial para que o projeto funcione como um todo. Atualmente, os maiores entraves que enfrentamos à evolução da educação inclusiva no país são a escassez de investimentos, a falta de capacitação e formação continuada dos professores, e a própria sociedade civil, que ainda é preconceituosa e pouco esclarecida sobre o tema”, opina.

A realidade no Colégio Estadual Paula Soares reflete alguns aspectos do cenário descrito por Lúcia. A escola, que trabalha com alunos com deficiência há pelo menos uma década, nos últimos três anos pôs fim às classes especiais que oferecia desde então. As turmas que recebiam até 10 estudantes especiais foram abolidas para que os jovens fossem gradualmente inseridos em diversas séries dentro do ensino regular.

Contudo, apesar da intenção, o plano não obteve bons resultados porque não foi prevista a preparação e a qualificação do corpo docente, e a mudança foi feita bruscamente, sem que houvesse tempo para a necessária adaptação dos envolvidos. “Com exceção da professora que opera a sala de recursos, nenhum dos profissionais possui preparação para lidar com esse tipo de aluno. A maioria acaba correndo atrás para saber como ajudá-los”, conta Claudia Feijó Nunes, vice-diretora do ensino fundamental da escola. Ela destaca que, ao sentir necessidade, foi em busca de uma pós-graduação que a capacitasse para melhor desempenhar o seu papel. Porém, o fez de forma autônoma. “Tive de ir por minha conta. Não temos auxílio para esse tipo de coisa, e nossas escolas não contam com políticas públicas que nos permitam o aperfeiçoamento. Se quiserem algo, os próprios colégios é que têm de correr atrás para garantir seus direitos”, reitera.

Segundo a vice-diretora, a inclusão das crianças com deficiência no ensino regular é de extrema importância, mas as escolas não dão conta de realizá-la porque ainda são muito precárias em vários quesitos. “O ensino ofertado pela Apaes é um direito do aluno, já que o ensino regular ainda não cumpre o papel de bem atendê-lo”, conclui.

Bárbara Gallo, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico

Rede pública tem dificuldades de implementar proposta

Construir escolas plenamente inclusivas no Rio Grande do Sul é um desafio que ainda não está superado. Essa é a convicção da secretária adjunta de educação, Maria Eulália Nascimento, que, a partir desse preceito, orienta as ações desenvolvidas pela pasta. “Temos convênios renovados com as Apaes, mas isso não elimina a nossa obrigação de fazer com que os colégios se tornem mais inclusivos. A existência das filantrópicas não tolhe o nosso dever de qualificar a escola pública”, enfatiza, lembrando que a escola tem de ser um espaço civilizatório para as pessoas multiplicarem a tolerância.

Conforme a secretária, para que esse sentido humanista prospere, somente os esforços governamentais não são suficientes. “É fundamental o papel da diretoria das escolas. Esse compromisso, seja com o aprendizado ou com a melhor utilização das pessoas nos seus horários escolares para atender os alunos, é uma responsabilidade das direções”, sustenta Maria Eulália. Em sua opinião, o maior obstáculo na luta pela inclusão ainda é a percepção do tema na sociedade. “Devemos mudar a concepção de uma escola homogênea, superando visões ultrapassadas e

preconceituosas que tentam segregar quem é diferente”, ressalta.

Mas o grande drama das escolas públicas é que suas potencialidades simplesmente não se concretizam. Basta visitar os estabelecimentos de ensino para comprovar os contrastes na comparação com os colégios privados. Este é um dos principais pontos contestados pelo Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers/Sindicato). “Hoje as condições não são propícias para se implementar a inclusão na escola pública. A maioria não tem acompanhamento e conta só com o empenho

da família e da comunidade para seguir adiante”, relata a tesoureira geral da instituição, Tânia Freitas. Ao mencionar as contribuições do Estado, a descrença é a mesma. “O governo diz que faz esforço para cumprir a meta, só que isso não acontece na prática. Nem a educação é prioridade para eles, que dirá a inclusão!”, desabafa.

Enquanto o impasse segue longe do fim, o projeto deve retornar à Câmara neste mês para a tramitação final, e os parlamentares terão a responsabilidade de resolvê-lo. Seja qual for, a decisão não agradará a todos.

Luz que vem de dentro

Fotografia
Para Sebastião Salgado, a verdadeira luz de um fotógrafo está além do flash ou do spot

Jacira Cabral da Silveira

Ele nasceu em Minas Gerais, de onde diz trazer a luz barroca de suas fotografias. Em 8 de fevereiro, Sebastião Salgado completou 70 anos, e uma semana antes concedeu entrevista ao JU. Além da luminosidade, traz da terra natal a prosa arrastada. Depois de algum tempo ouvindo-o falar, a conversa vai se transformando numa narrativa assinada, tal a peculiaridade de tudo aquilo que ele conta e da forma como o faz. O livro e a exposição *Genesis*, seu mais recente trabalho, foram organizados por Lélia Wanick Salgado, que também coordena a Amazonas Images, agência fotográfica que reúne a obra do fotógrafo. Casados há 47 anos, Lélia e Sebastião vivem em Paris, viajando com frequência ao Brasil para acompanhar os projetos do Instituto Terra, organização ambiental cuja sede está cravada na Mata Atlântica. O sonho era reflorestar a área totalmente degradada, e foi acompanhando a recuperação desse ecossistema que ele admite ter resgatado a esperança, pois fotografar locais como Ruanda, onde presenciou a brutalidade humana, o havia feito

mergulhar em profunda angústia, a ponto de receber recomendação médica para deixar a profissão. Renascido nas imagens dos lugares intocados pelo homem, em *Genesis* Sebastião está de volta. No dia 14 deste mês, às 10h, estará no Salão de Atos da UFRGS para ministrar a Aula Magna de 2014.

“Eu sou natureza”, afirmaste numa entrevista ao falar sobre Genesis. Por quê?

Porque é o que sou realmente. Nós somos natureza, um animal dentro da família dos animais. Fomos ligados à terra por muito tempo e o fato de termos ido morar na cidade nos distanciou deste planeta. Uma das razões de vivermos esse grande desequilíbrio é exatamente o fato de termos saído da nossa natureza e pretendermos ser outra coisa. Não acredito que possamos voltar a morar no campo. Mas tínhamos que fazer uma volta espiritual de reconhecimento do planeta e da nossa identificação com as outras espécies.

Viajas o mundo inteiro, como te comunicas?

Falo quatro línguas, me comunico em cinco. É bom saber outros idiomas, mas para ter uma comunicação maior você não precisa falar. Fiz uma viagem de oito anos [produzindo *Genesis*] e estive numa série de países, porém a maior viagem que fiz foi ao meu interior. E isso aprendi calado. Consegui me comunicar com os animais sem falar pinguim, sem falar elefante, sem falar tartaruga. Pude me comunicar prestando atenção, respeitando o território deles, descobrindo a sua racionalidade. Passei a vida inteira ouvindo que eu era o único animal racional, o que é uma mentira. To-

dos são profundamente racionais dentro da sua própria espécie.

Como é ter contato com uma cultura diferente e fotografá-la?

O passaporte da chegada é a humildade, o respeito a um território que não é o seu. Tem de chegar e aprender, se aproximar com muita calma. É necessário ter o prazer de chegar e o conforto de estar lá. Saber que não está incomodando, nem violando. Esse conforto tem de existir, ou será difícil aproximar-se do outro. E precisa estar com vontade de ir, porque se você se força por achar que é a sua profissão ou porque precisa cumprir um compromisso... fica complicado.

Qual o ritmo do teu trabalho?

É o ritmo da minha vida. Não que eu seja um fotógrafo militante ou um fotógrafo economista, porque estudei Economia. Também não sou um fotógrafo antropólogo ou um fotógrafo ecologista. Nada disso. O que acredito e gosto utilizo na minha linguagem, que é a fotográfica. É ela que uso para dar a ver o que vi. Isso é o mais importante. As pessoas se enganam quando pensam que um fotógrafo é um repórter, um artista. Um fotógrafo é um fotógrafo. É um profissional que tem o privilégio imenso de participar de um fenômeno qualquer e de evoluir dentro dele, fazendo os cortes representativos em cada uma das suas fotos. É crescer dentro do que está acontecendo e sair do outro lado com uma série de imagens. É tão bom, tão forte, que você realmente viaja através da fotografia.

Que trabalho você não faria?

Eu já deixei de fazer tanta coisa dentro do meu próprio trabalho! Quantas vezes não fiz uma imagem

porque ela não tinha de ser feita. Você não pode fotografar tudo. Por exemplo, sempre fotografei pessoas dentro de uma relação em que eu podia fotografar, na qual, no momento em que mostrava essas figuras, expunha a dignidade dessas pessoas. Não fiz nenhuma imagem no sentido de reduzir alguém. Houve momentos em que deixei de fazer o registro fotográfico porque achei que eticamente não podia fazer. Fiz *Genesis* em determinados lugares em que era tão mais importante ver do que fotografar, que eu também vi. Parei. Vi. Adorei ver.

Cantas ao fotografar. É uma estratégia?

A música me auxiliou muito na concentração. Hoje é fácil fotografar de forma contínua, porque as câmeras são digitais e têm cartões com uma capacidade de armazenamento imensa, e você pode usar um só cartão o dia inteiro. Antes, fazíamos 36 fotografias e era preciso parar, rebobinar o filme, guardar dentro de uma caixinha, pegar outro filme, colocar na máquina e preparar tudo para voltar a trabalhar. Isso quebrava a sequência da relação com o que se estava fotografando. Então, aquele fio condutor que você ia tecendo, era rompido. Descobri que cantava entre 1988-1989. Estava trabalhando na China, e havia uma televisão alemã produzindo um filme sobre o meu trabalho. À noite, no hotel, passando as imagens que eles tinham feito, o cara me diz: “Escuta que interessante”. E notei que cantava exatamente no momento em que precisava trocar o filme. Era como se eu tivesse que unir os tecidos, e a maneira de fazer essa costura era usando a música como linha. Intuitivamente descobri um artifício

para me manter concentrado. E isso acontece com todos. Temos a música dentro de nós como um fio condutor de concentração.

Qual a importância da luz em seu trabalho?

A fotografia é a linguagem da luz. Eu preciso dela para poder completar o que vi, materializar o que observei. Por isso acho que cada fotógrafo tem a sua própria luz. E a tendo, tem a sua linguagem. A minha luz eu trouxe lá daquelas montanhas de Minas Gerais, lá de onde eu era menino. Aquela luz da preparação de chuva, com nuvens maravilhosas... Aquilo me impressionou tanto que até hoje carrego comigo a luz barroca de Minas Gerais. E quando vou contar as minhas histórias, conto com essa luz. Alguém que faz cinema ilumina, não é? Para o fotógrafo, a verdadeira luz não é um flash ou um spot. A luz é o que ele traz dentro dele.

Como percebes o fato de trabalhos de cunho social como o teu e de fotógrafos como Lewis Hine e Eugene Smith serem expostos em espaços de arte, em museus?

Não há nada de especial, tem de ser assim mesmo. O que é um museu? É onde está depositada a história de uma sociedade. Ele não deve ser propriedade de uma meia dúzia de intelectuais que se creem seus donos. O museu é propriedade de todo mundo. O trabalho que for incorporado a um acervo vai contar às gerações futuras a história delas mesmas. E se o seu trabalho termina nesses locais, passa a ser a história de todos. Em 50 anos, o Brasil passou de 90% de população rural para 90% de população urbana. Essa foi uma das maiores revoluções. Tivemos o maior movimento social do século 20 da América Latina, o dos trabalhadores rurais sem-terra. Então, que bom contar essa história. O Brasil é o único país do mundo que tem 12,5% do seu território como terras indígenas. Isso quer dizer que possuímos uma cultura indígena fabulosa, que precisa ser contada. Histórias sociais? São sim, porque tudo o que fazemos dentro de uma sociedade são histórias sociais e têm de estar nos museus.

Neste ano se completa o quinquentenário do golpe que instalou a ditadura militar no país. Você e Lélia refugiaram-se na França. Como foi esse período?

Cheguei à França com 25 anos, a Lelinha não tinha 22. Você já viu alguém fazer mal a um país nessa idade? Nós éramos uns meninos... Hoje, quando olho os arquivos da repressão, vejo como éramos espionados, como éramos considerados. Isso porque meia dúzia de doidos que não tinham respeito com o próprio país resolveu fazer um golpe de estado e usar a força bruta como uma verdade para contar uma mentira. Isso não pode ficar no anonimato, tem de ser denunciado. Éramos umas crianças e tivemos de fugir do Brasil.



RICARDO BELLEI

Um dos próximos projetos do fotógrafo e de Lélia, sua mulher, é fotografar indígenas brasileiros ainda não contatados pelo homem urbano



Os muitos lados da fronteira

México x EUA

Pesquisadores discutem as motivações dos migrantes que tentam ingressar ilegalmente nos Estados Unidos

Jacira Cabral da Silveira

Em debate acirrado desde 2013, a reforma migratória estadunidense tem como uma de suas principais bandeiras a regularização dos mais de 11 milhões de imigrantes que vivem ilegalmente no país. Segundo especialistas, esta poderá ser a maior modificação no sistema de imigração nos EUA desde 1986. Junto à proposta, entretanto, democratas e republicanos concordaram em fortalecer a fronteira para evitar futuras migrações. Ou seja, a já militarizada fronteira com o México está em vias de ter aumentado o seu efetivo de 18 mil agentes para mais de 38 mil homens ao longo dos 3.200 quilômetros que separam os dois países. Os 480 quilômetros de barreiras antiveículos também poderão ser substituídos por altas muralhas antipedestres, além da construção de mais 80 quilômetros de novos muros.

Parceria – Durante o XIV Congresso Internacional sobre Integração Regional, Fronteiras e Globalização no Continente Americano, realizado em novembro de 2013 na UFRGS, a questão de fronteira México e Estados Unidos foi um dos temas discutidos pelos congressistas.

Conforme um dos coordenadores do evento internacional, o mexicano Juan Manuel Sandoval Palacios, a realização do encontro no Brasil teve entre seus objetivos a adesão de professores-pesquisadores aos esforços do Seminário Permanente de Estudios Chicanos y de Fronteras (SPEChF), para entender os diferentes aspectos que envolvem a realidade da fronteira entre México e Estados Unidos.

Realizado há mais de 30 anos, o seminário originalmente focou seus estudos na integração regional, nas fronteiras ao norte do México, investigando os movimentos sociais e as migrações internacionais de mexicanos e centro-americanos.

De acordo com Palacios, a partir dessa realidade investigada, o grupo percebeu a necessidade de vincularem-se a pesquisadores de universidades: “Para entendermos os processos locais e regionais de integração que buscam dominar através de tratados de livre-comércio e de planos estratégicos militares. A ideia é criarmos uma rede em nível ministerial”, acrescenta.

Independentemente da criação ou não de uma rede, tanto a mídia internacional quanto diferentes



Trecho do muro que separa as cidades de Tijuana e San Diego, situado na fronteira entre o México e os Estados Unidos

instituições e órgãos de análise e pesquisa abordam o tema da migração.

Mortes – Estudos desenvolvidos nos últimos 10 anos dão conta de que já ocorreram mais de cinco mil mortes de homens e mulheres que, nessa aventura-limite, enfrentam uma série de perigos impostos pelo território desértico e pela fronteira militarizada do lado norte-americano. Mortes são ocasionadas pela queda de vagões superlotados ou em decorrência de assaltos e sequestros orquestrados por grupos de delinquência organizada ou de narcotraficantes.

“O migrante é um cara empobrecido que assumiu um desafio”

Daniel Etcheverry

Muitos atribuem o grande número de migrantes mexicanos e centro-americanos à situação de pobreza que experimentam em seus países. Especialmente no caso do México, levantamentos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do governo brasileiro apontam o quão desafiador é analisar a história econômica recente daquele país. Isso ocorre, segundo os pesquisadores, porque, embora o México tenha crescido economicamente em decorrência de uma relação virtuosa entre financiamento externo e comércio exterior, por outro lado

tal bonança não se estendeu ao povo mexicano.

Para ilustrar, um dos estudos traz o depoimento de um jovem, veiculado no blog de opinião do jornal El Universal: “Como foi a crise de 94? A pergunta deveria ser: como ficamos desde a crise de 94? Sou da *geração da crise*. Sim, daquela que não viu os anos de bonança dos 60 e dos 70. Nasci e cresci na crua realidade mexicana dos 80 e 90 [...]. O que importa a tua pátria se não é nada mais que um terreno baldio queimado e estéril. Um conselho de alguém da geração da crise: Emigrem!”

Daniel Etcheverry, professor da Unipampa e membro do Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS, pesquisa a imigração no Cone Sul. Para ele, a manifestação do jovem mexicano comprova que não é apenas a pobreza que leva os indivíduos a deixarem seus países de origem. “Que estado nacional é esse que não me dá o que eu preciso?”, acrescenta às perguntas do rapaz: “Existe a ideia de que é o pobre que atravessa, mas a miséria, pelo contrário, anula as pessoas pela falta das coisas mais básicas. E o migrante não é um miserável, ele é um cara empobrecido que assumiu um desafio”.

Por meio do exemplo do blogueiro, o docente reforça seu argumento de que são muitas as razões que levam um indivíduo a arriscar-se nas fronteiras como a que separa o México dos Estados Unidos. Criticando o estereótipo do migrante coitado, Daniel identifica na declaração do jovem outro tipo de migrante, aquele que tem a força de criticar o Estado, de rebelar-se contra a sua realidade.

Maioria feminina

A migração feminina tem crescido no mundo inteiro. De acordo com dados do Ministério do Trabalho brasileiro, já representa 51% das migrações internacionais. Geralmente, ao migrarem, elas desempenham atividades domésticas, como faxineiras, babás, cozinheiras e cuidadoras de idosos e doentes. No comércio e serviços, trabalham como garçonetes, dançarinas, balconistas de supermercado e atendentes de loja de roupas. Também é grande a demanda dos países desenvolvidos por mulheres estrangeiras para se inserirem no mercado do sexo.

Ainda que concorde com o aumento da migração feminina, o professor da Unipampa Daniel Etcheverry ressalta que a mulher sempre migrou. Ocorre que, até poucos anos, elas e seus filhos eram contabilizados como acompanhantes de seus maridos, e esses sim eram considerados migrantes. Para Daniel, essa diferenciação justifica-se porque as mulheres não participavam de atividades laborais, critério fundamental na configuração dos migrantes: “A migração está especialmente relacionada ao mundo do trabalho”, reforça. A partir dos anos 80 isso muda, quando países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos, criam políticas de incentivo à migração feminina.

Entretanto, não só mulheres adultas buscam cruzar a fronteira. Conforme matéria publicada no portal Adital, que veicula notícias da América Latina e Caribe, meninas e adolescentes da América Central tentam cruzar a fronteira do México para os Estados Unidos, utilizando a chamada “rota do sequestro” a bordo do “La Bestia”, trem de mercadorias que atravessa os EUA de sul a norte. Ao lançarem mão dessa rota, podem alcançar o sonho americano ou descobrir o

inferno: “Elas migram fugindo da violência, em busca dos pais ou de melhores condições de vida”, diz a publicação. De janeiro a agosto de 2013, o Sistema para o Desenvolvimento Integral para a Família (DIF) de Oaxaca recebeu 14 meninas, que foram acolhidas pelo Instituto Nacional de Migração (INM) em sua passagem pela entidade.

A partir de uma ótica mais mercadológica – conforme classifica Daniel, quando critica a imagem caricaturesca do migrante miserável –, estudo elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), lançado em novembro de 2013, afirma que a maioria das pessoas migra em busca de salários mais elevados, empregos decentes e melhores oportunidades.

Ainda segundo o levantamento, muitos migrantes abandonam zonas rurais nas quais a renda é baixa devido à degradação do solo, à escassez de água e à falta de infraestrutura, condições que tornam insustentáveis os meios de vida tradicionais. Nesse sentido, a agência da ONU defende que o desenvolvimento sustentável deveria incorporar o conceito de trabalho decente para harmonizar as qualificações dos trabalhadores em todos os níveis, proporcionando melhores salários e proteção social.

“Nessa perspectiva, o migrante acaba sendo reduzido a um trabalhador”, observa. Por outro lado, numa abordagem antropológica, que é a sua área de formação, Daniel levanta várias outras motivações que levam indivíduos dos mais diferentes lugares a optarem por sair de suas pátrias: “Pode ser por questões matrimoniais ou por necessidade de fazer uma ruptura em sua vida, querem encontrar novas oportunidades. A mídia não raro é generalista e caricaturesca, e nós tendemos a nos guiar pelo que a gente escuta no rádio ou assiste na tevê”.



Na visão de especialistas, o surgimento da *Helicoverpa armigera* obrigará agricultores a repensarem o gerenciamento de grandes plantações

A praga que preocupa

Agricultura Nova lagarta nas lavouras de soja destaca a necessidade de alternar técnicas de cultivo

Samantha Klein

Durante dez anos de implantação da soja transgênica em todo o país, os produtores se viram livres de uma das maiores ameaças para a produtividade e qualidade do grão colhido. As temidas lagartas foram combatidas nos últimos tempos sem a utilização de altas doses de agrotóxicos. No entanto, a ameaça voltou sob a pele de uma espécie anteriormente desconhecida por agricultores e especialistas – a *Helicoverpa armigera* atacou as lavouras sem ter predador natural ou inseticida que a combatessem.

A praga se alastrou nos estados do Nordeste e Centro-Oeste e, nesta safra, chegou ao Rio Grande do Sul. Uma nova espécie, que não se sabe como foi introduzida no país, é um alerta para a falta de controle nas áreas de plantio. Quando não existia a semente transgênica, os próprios agricultores tinham o hábito de inspecionar o campo com constância. Porém, o aumento da extensão de produção e a praticidade permitida pelo grão geneticamente modificado determinaram a redução do controle, o que remete à necessidade do manejo integrado, prática esquecida nos últimos tempos.

Produtores “relaxaram” – A soja difundida nas lavouras brasileiras tem a proteína Cry1Ac, derivada da bactéria *Bacillus thuringiensis* (Bt), comumente encontrada no solo. Esse componente combate as principais lagartas da cultura da soja com eficácia. Quando os insetos se alimentam das folhas da soja Bt, acabam por morrer.

O ingresso da *Helicoverpa armigera* e a destruição de lavouras no Nordeste e no Centro-Oeste do país na safra 2012-2013 modificaram a perspectiva em relação aos cuidados com a lavoura. A praga se tornou um desafio porque essa espécie de lagarta é imune aos componentes do grão transgênico utilizado. “O erro foi deixar tudo a cargo do Bt, em vez de se utilizar um manejo integrado com rodízio de práticas, o que não colocaria uma técnica sob tremenda pressão de controle. Se inseticidas tivessem sido utilizados eventualmente, assim como o controle biológico, que foi abandonado por conta da introdução dos transgênicos, talvez não tivesse surgido um novo problema”, sublinha o professor especializado em biologia molecular da UFRGS, Marcelo Gravina.

O professor entomologista Josué Sant’Ana recorda que na década de 80 havia uma forte corrente de disseminação de técnicas de manejo integrado com o objetivo de relacionar rotação de culturas com a rotatividade de técnicas para controlar pragas. Especialista em insetos que atacam as lavouras, o docente da Faculdade de Agronomia da Universidade ressalta que houve um total esquecimento de técnicas simples, mas que dão trabalho de aplicar. “Com o aumento das extensões das lavouras no estado, o produtor deixou de lado produtos

caseiros que ajudam a controlar lagartas naturalmente. Anteriormente, os próprios agricultores colhiam lagartas doentes atacadas por vírus e, a partir delas, se fazia um ‘extrato’ do próprio inseto e o aplicava na área plantada. Ainda se utilizava um espaço da lavoura onde se poderia deixar uma parte do cultivo sem o transgênico”, sustenta.

Marcelo Gravina, que pesquisa o desenvolvimento das lavouras transgênicas na última década no Rio Grande do Sul, acredita que a introdução de uma nova praga era previsível. “Podemos dizer que demorou para que isso acontecesse. Inicialmente se imaginava que, com o tempo, as lagartas seriam selecionadas e se tornariam resistentes à soja Bt. Não foi o que ocorreu. Uma nova espécie acabou sendo introduzida, seja criminosa ou acidentalmente, e se tornou o ponto fulcral para se repensar como a agricultura tem sido gerenciada.”

Monitoramento – As primeiras confirmações da incidência da lagarta nos municípios de Cruz Alta, Ipiranga do Sul, Rosário do Sul, Santa Maria e Tupanciretã, por meio de estudo realizado pela Universidade Federal de Santa Maria,

ocorreram em dezembro de 2013. Desde então, instalou-se entre os agricultores o temor da reprodução dos danos causados em estados mais ao norte do país.

“Por enquanto, ainda não se evidenciaram prejuízos significativos à lavoura, mas a praga certamente estará presente nas próximas safras. Uma vez inserida, precisará ser controlada sempre”, constata o chefe da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal da Secretaria Estadual da Agricultura, Vinícius Grasselli.

A pasta tem promovido um monitoramento a partir da instalação de 250 armadilhas com feromônio sexual para atrair a praga na fase adulta (mariposa) e identificar a ocorrência da *Helicoverpa armigera* em diversas regiões do estado. Pelo menos 32 municípios registraram a presença da lagarta por meio de análises laboratoriais. Em função disso, a utilização de agrotóxicos cresceu significativamente. “Houve um alarme muito grande em torno dessa nova praga, e o agricultor está fazendo preventivamente aplicações de inseticidas, mesmo sem a confirmação da presença da lagarta em sua área de plantio. Por consequência, já há um uso excessivo nessa safra da soja”, alerta Grasselli.

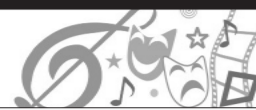
Alívio provisório

Recentemente foi liberado o plantio de novas variedades transgênicas de soja no Brasil. Os grãos já tinham a permissão da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança para serem cultivados, mas as empresas produtoras das sementes tiveram de aguardar a aprovação da China – principal comprador da produção nacional. Entre esses novos cultivares, existe a promessa de serem resistentes não somente ao herbicida glifosato, mas também às principais lagartas da lavoura, o que cria a expectativa de redução na utilização de agrotóxicos. Mas ainda não há um gene decodificado para combater a *Helicoverpa armigera*. “Um novo tipo de grão pode ser plantado, mas continuará sem solução para o problema causado por essa lagarta se não houver o controle cerrado sobre a ocorrência do inseto”, resume o professor Marcelo.

Perigo a ser evitado

Além de novas variedades, o Brasil liberou a importação temporária de um inseticida que promete combater a *Helicoverpa*. Em 2007, um parecer da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) havia proibido a utilização do Benzoato de Emamectina no país. A medida deveu-se à neurotoxicidade da substância. “Incertezas no que diz respeito aos possíveis efeitos teratogênicos (malformações e anomalias) e certezas dos efeitos deletérios (venenosos) demonstrados nos estudos com animais corroboram de forma decisiva para que não se exponha a população ao produto, seja nas lavouras ou

pelo consumo dos alimentos”, foram os argumentos expostos para impedir o registro do produto. Mas, em função dos estragos causados às lavouras no norte do país, a Anvisa pediu ao Ministério da Agricultura, em caráter emergencial, para registrar o agrotóxico. Em novembro, foi publicada uma portaria que permite o uso da substância em estados em que tenha sido decretado o estado de emergência fitossanitária. Não há previsão de que essa condição seja determinada no Rio Grande do Sul. Portanto, pelo menos por vias legais, o defensivo altamente tóxico não é utilizado nas lavouras gaúchas.



Memórias da escuridão

Ditadura

Livro reúne depoimentos de ex-militantes que renegaram a luta contra o regime

Samantha Klein

No ano em que o golpe militar completa 50 anos, as reflexões sobre seus efeitos nefastos recaem sobre as motivações que permitiram tal ascensão de generais ao poder em detrimento da democracia, assim como a brutal repressão acompanhada da tortura física e psicológica contra os opositores da ditadura. Porém, pouco se fala sobre o caso dos *arrepentidos*. A fim de preencher esse vácuo, a professora da UFPel Alessandra Gasparotto investigou o “processo de arrependimento” durante a realização de seu mestrado e transformou o trabalho final em livro. Os episódios nos quais pelo menos 18 jovens guerrilheiros concederam entrevistas a TVs, jornais e revistas ficaram conhecidos como “desbunde” – expressão pejorativa para tratar os militantes como traidores.

Por meio de pesquisa em reportagens da época, em documentos da ditadura e por entrevistas com os militantes que declararam estar *arrepentidos*, a autora analisou as

motivações para que os “terroristas” resolvessem aceitar a proposta dos agentes da ditadura. O resultado se tornou uma dissertação de mestrado orientada por Benito Schmidt, do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS. A pesquisadora destaca que a coleta dos depoimentos foi a etapa mais difícil da construção do livro.

Marcas do trauma – Na maioria das vezes, o terror psicológico e os traumas causados pelas torturas sistemáticas nas delegacias e nos porões do DOPS foram a causa fundamental para se renegar a luta contra o regime ditatorial. “Muitos deles não querem ou não gostam de falar sobre os episódios de retratação. Há, ainda hoje, um estigma muito grande em relação a esses militantes. Durante as entrevistas, os entrevistados choraram muito ao recordar de determinadas experiências na prisão e da reação dos antigos companheiros após a divulgação das retratações. Nesses momentos, me sentia desconfortável, porque parecia estar provocando aquele sofrimento. Ao mesmo tempo, há casos em que se percebe a necessidade que eles têm de contar a sua história”, destaca Alessandra.

As retratações ocorreram entre 1970 e 1976, mas a força dos depoimentos provocou maior impacto nos dois anos iniciais. No primeiro episódio das retratações, cinco jovens foram levados à televisão para dizer que estavam arrependidos de terem feito parte dos movimentos

guerrilheiros e que tinham confiança no regime militar. Um caso emblemático é o de Massafumi Yoshinaga, integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Seu constrangimento foi tal que ele acabou cometendo suicídio em 1976.

Em outros casos, os militantes aceitaram se retratar para proteger a família, mas houve situações de pessoas que romperam com a luta armada porque estavam descontentes com os rumos das organizações clandestinas ou “simplesmente

porque acreditavam que a batalha estava perdida” e era necessário alertar os jovens que evitassem a “subversão”. No entanto, a autora destaca que a diversos presos políticos foi atribuído um arrependimento sem que a retratação tenha ocorrido de fato.

Já o governo pretendia desmobilizar a juventude da intenção de ingressar na luta armada. Além disso, em razão das denúncias internacionais relacionadas aos casos de tortura, os militares precisavam

arrefecer as críticas sobre a violação dos direitos humanos. A imprensa, seja pela censura ou autocensura, não questionou esses depoimentos. A professora considera que o discurso dos meios de comunicação nas décadas de 60 e 70, ao se referirem às ações das organizações de esquerda, se assemelha à forma como se divulgam informações e opiniões sobre os movimentos sociais da atualidade. “É o mesmo que hoje difunde a criminalização desses movimentos”, ressalta.



CARLA OSORIO/DIVULGAÇÃO



Terror renegado

A retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)

Alessandra Gasparotto | Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012
274 páginas | R\$ 40 (valor médio)



Felicidade demais

Alice Munro | São Paulo: Companhia das Letras, 2010
344 páginas | R\$39 (preço médio)

Os contos de Alice

Durante uma entrevista logo após ter ganhado o Nobel de Literatura em 2013, Alice Munro definiu bem a sua facilidade em criar histórias: “Elas vêm naturalmente”, resumiu simplesmente a canadense. É dessa maneira, sem se esforçar muito, mas com um atento olhar observador, que a escritora descreve suas personagens e os ambientes nos quais estão inseridas. Ela não poupa o leitor, colocando-o frente a situações mundanas, mas que exigem uma grande compreensão dos mais variados sentimentos, instintos e emoções. A culpa, o orgulho, o ciúme, o medo – tudo está ali, humanamente fervilhando: Alice cava fundo e tenta desvendar o que está por trás das atitudes dos seus protagonistas. Quase invariavelmente, são mulheres ou meninas, rodeadas por mães exigentes, pais distantes ou desconhecidos cujas ações sutis mudarão completamente o rumo da história. Conhecida por seus contos – o que lhe rendeu nada menos

que a alcunha de “Tchekhov canadense” –, a autora reuniu dez deles em *Felicidade Demais*. Os temas abordados variam bastante: a loucura que resulta na morte precoce de três crianças, uma menina observadora que cuida de um paciente terminal, uma mãe que tenta compreender o filho andarilho. É interessante observar o modo como Alice expõe o enredo, que geralmente se desenrola em um ritmo lento. Quando menos se espera, um ponto de virada acontece e nos pega de surpresa. Ao terminar o conto – apesar de Alice não dar propriamente um fim às histórias, que ficam abertas a infinitas interpretações –, o leitor sente uma inevitável vontade de voltar atrás e ler tudo de novo, pescando as pistas que a escritora sutilmente deixa ao longo do caminho. O Nobel veio tarde – aos 82 anos Alice tem 14 livros publicados –, mas a Academia Sueca acertou na escolha ao premiar uma autora sensível, perspicaz e corajosa. (Rafaela Pechansky)



Por uma estética dos vestígios memoriais

Releitura da literatura contemporânea das Américas a partir dos rastros

Zilá Bernd | Belo Horizonte: Fino Traço, 2013
196 páginas | R\$ 35 (valor médio)

Rastros literários

Desde a Antiguidade Clássica, pensadores esforçam-se para entender o funcionamento e a importância da memória humana. Em função da passagem do tempo, os indivíduos buscam mecanismos para não apagar a lembrança de acontecimentos anteriores, que agora se encontram presentes apenas na forma de “vestígios” e em espaços reservados da mente. No que se refere à vida em sociedade, a memória é fundamental para a constituição da própria subjetividade do indivíduo e do sentimento de comunidade, relacionado ao encadeamento entre diferentes gerações. A preocupação com o tema e seu entrelaçamento com a literatura aparecem nesta obra da doutora em Letras Zilá Bernd, professora colaboradora da UFRGS. No livro, resultado de sua pesquisa vinculada ao CNPq, Zilá dá atenção aos “rastros” deixados pela humanidade a fim de retomar conflitos históricos em que imperaram a dominação e a colonização. Visto que, “entre memória e esquecimento, o

que sobram são os vestígios, os fragmentos do vivido, o qual jamais pode ser recuperado em sua integralidade”, a autora vislumbra na literatura a capacidade de trazer à tona, na forma de material poético, elementos daquilo que foi vivido. Manter a memória de tal forma ativa é uma atitude crucial para impedir a repetição de regimes totalitários, por exemplo. Literatura e história, portanto, unem-se neste livro, em uma série de referências a autores como Walter Benjamin, Paul Ricoeur, Jacques Derrida e Édouard Glissant, na tentativa de compreender as tensões sociais nas Américas, tema já presente em outros trabalhos da pesquisadora. Como na composição de Chico Buarque, é no “eco de antigas palavras, fragmentos de cartas, poemas, mentiras, retratos, vestígios de estranha civilização”, escancarados por escritores contemporâneos, que Zilá aponta a possibilidade de entendimento não só do passado, mas também do presente em que vivemos. (Júlia Corrêa)



Um acervo com história

Artes plásticas Antigo casarão do centro de Porto Alegre volta à vida para sediar a Pinacoteca Ruben Berta

Uma grata novidade aguarda os porto-alegrenses e visitantes da capital gaúcha na rua Duque de Caxias, um pouco além do Palácio Piratini. O número 973, que até poucos anos atrás era um obscuro casarão em ruínas, desde dezembro passado marca o local de um belo e convidativo museu de arte. A entrega ao público da nova sede da Pinacoteca Ruben Berta, que reúne 125 obras de artistas das mais variadas épocas e nacionalidades, fez a cidade encerrar 2013 em grande estilo.

Coleção díspar – A história da pinacoteca data dos anos 60, quando o então magnata das comunicações Assis Chateaubriand decidiu pôr em prática seu derradeiro projeto cultural: a criação de museus de arte regionais espalhados por diferentes cidades brasileiras. O resultado foi a criação de seis acervos, sendo um deles em Porto Alegre: a Pinacoteca Ruben Berta – batizada com o nome do então recém-falecido presidente da VARIG, companhia aérea responsável pelo transporte gratuito dos quadros e esculturas que compunham as diferentes coleções do projeto. As obras da pinacoteca foram expostas pela primeira vez em 1967, junto aos

estúdios da Rádio Farroupilha e da TV Piratini, no morro Santa Tereza. Em 1971, após a morte do empresário, o acervo foi doado para a prefeitura de Porto Alegre.

A significativa presença da produção de modernistas brasileiros no acervo gaúcho, como Cândido Portinari, Di Cavalcanti e Flávio de Carvalho, resulta do foco inicial que Chateaubriand e a mecenas Yolanda Penteadó (uma das responsáveis pela criação do Museu de Arte Moderna e das Bienais de São Paulo) deram à constituição dos museus, que buscavam privilegiar a arte moderna nacional. Mesmo a presença estrangeira na coleção tem a marca da Bienal paulistana. A japonesa Tomie Ohtake, a espanhola Isabel Pons, entre outros, ganharam destaque no evento na década de 50.

“Cada peça tem uma origem diferente. Algumas foram doadas pelo artista, outras pela família de um pintor já falecido e outras ainda por colecionadores. O restante foi comprado por Chateaubriand na época”, explica o diretor do acervo artístico da Pinacoteca Ruben Berta, Flávio Krawczyk.

A intervenção do italiano Pietro Maria Bardi, crítico de arte e antigo diretor do Museu de Arte de São Paulo (MASP), modificou um pouco o conceito original do projeto, com a inclusão no acervo de trabalhos de diversos artistas do século XIX, como Pedro Américo e Eliseu Visconti, e até mesmo de uma pintura holandesa de 1673 (*The Rejalma*, de Jeronimus Van Diest), possivelmente a obra de arte mais antiga exposta em um museu do Rio Grande do Sul.

“Bardi tinha uma visão civilizatória, daí essa coleção ser tão díspar em sua constituição. O acervo

tenta dar uma visão panorâmica da arte em geral dentro dos limites do possível. É quase uma miniatura do que ele fez no MASP”, destaca o professor de História da Arte da UFRGS Paulo Gomes.

Nova casa – Após passar às mãos da prefeitura, o acervo ficou quase uma década em exposição no Paço Municipal. Em 1979, as obras foram armazenadas pela primeira vez, permanecendo assim por cerca de 10 anos, quando finalmente voltaram a ser disponibilizadas ao público no final da década de 80 em uma nova sede, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS). Lá, eram expostas em alternância com as de outro acervo da prefeitura, a Pinacoteca Aldo Locatelli, até 2005, quando as duas coleções retornaram ao Paço Municipal. Agora, a Pinacoteca Ruben Berta ganhou uma sede própria.

Com restrição de pessoal, o espaço é fechado nos finais de semana

Cedido para o município em 2006, o antigo casarão da rua Duque de Caxias, propriedade do Exército desde a década de 50, já vinha sendo avaliado como uma possível sede para a Pinacoteca há pouco mais de 10 anos. Construído no século XIX, o imóvel foi completamente restaurado e adaptado para se transformar em

um museu de arte com verbas do Programa Monumenta, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ao todo, R\$ 2,3 milhões (com R\$ 200 mil de contrapartida municipal) foram investidos para recuperar a edificação, então em ruínas. “A cobertura e o piso haviam desabado; praticamente, apenas as paredes permaneciam em pé”, conta Flávio.

O espaço ainda irá receber mais R\$ 500 mil do recém-lançado Programa PAC Cidades Históricas, também do IPHAN, ao longo deste ano. Os recursos serão destinados à compra de móveis e equipamentos, como um sistema de videomonitoramento e estantes para a reserva técnica.

A restauração da nova sede envolveu o rebaixamento do piso do porão, que agora abriga um miniauditório, e a recuperação de uma cisterna descoberta na parte traseira do casarão, que voltou a recolher água dos telhados para a limpeza de pisos e a rega de canteiros.

O local também foi adaptado para receber cadeirantes, com a instalação de um elevador interno e de uma rampa em uma das entradas. Porém, sempre com a preocupação de preservar a identidade oitocentista do prédio. “O projeto de revitalização visou restaurar ou reproduzir as estruturas e os detalhes originais da casa. Também houve uma grande preocupação com a climatização e com a iluminação, pela colocação de tetos translúcidos de policarbonato em alguns pontos do museu, que permitem uma grande entrada de luz natural, ao mesmo tempo que filtram a radiação ultravioleta, danosa às obras”, detalha o diretor.

Visitação – A exposição inaugural da Pinacoteca Ruben Berta dá uma mostra da heterogeneidade da coleção, com 25 obras de artistas e estilos bastante diversos. A arquiteta e moradora do Centro Caroline Picolo, de 28 anos, aproveitou uma tarde ensolarada para conhecer o novo espaço. Após breve passeio pelas três salas que compõem os 150 m² de área expositiva, ela revelou suas impressões. “O museu dá um novo fôlego de cultura para o bairro. Por ser menor e aconchegante, ele permite uma visita rápida e fica bem apropriado para a correria dos dias de hoje. Além disso, não é todo dia que a gente pode contemplar uma pintura do Di Cavalcanti”, relata. “Só acho que faltou um pouco mais de explicação sobre a exposição. Poderia haver um passeio mostrando a casa, por exemplo”, pondera.

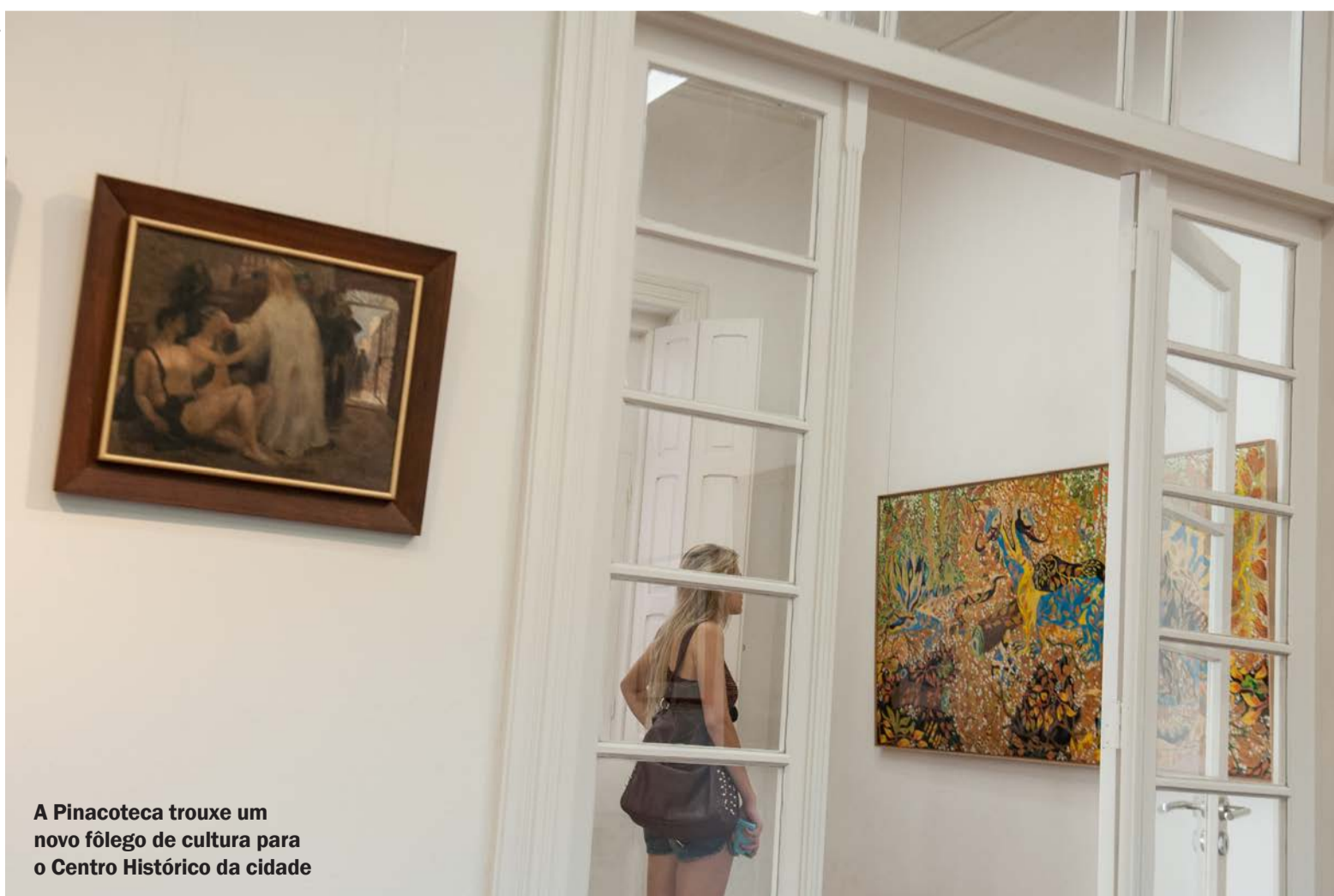
Por ora, o museu, que funciona de segunda a sexta-feira em horário comercial, conta apenas com uma estagiária da Secretaria da Cultura, responsável pela mediação no turno da manhã. Às tardes, um porteiro recebe os visitantes, e, aos finais de semana, o espaço fica fechado. De acordo com a direção do local, a restrição de pessoal da prefeitura é a razão do problema. “Estamos negociando com o executivo municipal para que possamos receber visitantes pelo menos aos sábados já neste ano. Enquanto isso, temos de ter paciência, atendendo do jeito que dá”, justifica a coordenadora de Artes Plásticas da Secretaria da Cultura, Anete Abarno.

Para o professor Paulo Gomes, este é um problema sério que, apesar de não ser de responsabilidade direta da equipe que trabalha no museu, deveria ser resolvido o quanto antes. “O que a prefeitura tem de entender é que este espaço não é uma repartição pública, e sim um equipamento cultural, que precisa de um tratamento diferenciado. Não vai ser por causa de duas pessoas trabalhando aqui aos fins de semana que o município vai quebrar”, critica. “Mas é preciso reconhecer que, em uma época na qual se gasta tanto dinheiro com a construção de estádios de futebol, em que as pessoas terão de pagar de R\$ 50 a R\$ 100 para assistir a um jogo, construir uma Pinacoteca com visitação gratuita é praticamente um milagre”, encerra.

Murilo Zardo, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico

Pinacoteca Ruben Berta

- Rua Duque de Caxias, 973, no Centro Histórico de Porto Alegre
- De segunda a sexta-feira, das 9h às 18h
- Entrada franca



A Pinacoteca trouxe um novo fôlego de cultura para o Centro Histórico da cidade

► **Redação** Samantha Klein | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE

Filmes de uma vida

Cinema Sala Redenção rende homenagem ao cineasta François Truffaut exibindo produções que o fascinaram

No ano em que se completam três décadas da morte de François Truffaut, o cinema universitário programou uma mostra com as produções que inspiraram a trajetória do diretor francês. O ciclo *François Truffaut: os filmes de uma vida* será apresentado ao longo do ano.

A programação foi concebida a partir da leitura do livro *Os filmes de minha vida*, no qual Truffaut apresenta considerações a respeito dos mestres da sétima arte que fizeram parte de sua formação.

Segundo a curadora da mostra, Tânia Cardoso, Truffaut foi um dos mais importantes diretores da segunda metade do século XX. “Ele viveu para o cinema, realizou praticamente um filme por ano a partir de 1959, e foi um dos principais cineastas da nova geração de realizadores que surgiu com o movimento da *nouvelle vague*, além de ter sido um dos pais da famosa ‘política dos autores’. Por isso, poder assistir às produções que ele dirigiu e aos filmes que o fascinaram é também aprender a fazer cinema, é aprender, sobretudo, a amar mais ainda o cinema”, explica.

Tânia acrescenta que esses dois primeiros meses de programação permitirão ao público descobrir com quem Truffaut dialoga em seus filmes, quais são os diretores que mais cita e que mais estão presentes na sua própria criação.



Entre os filmes premiados do diretor estão *Os Incompreendidos* (1959), que levou o prêmio de melhor direção no Festival de Cannes, e *A Noite Americana* (1973), que conquistou o Oscar de melhor filme estrangeiro. Essas produções serão exibidas em

sessões na Sala Redenção nos próximos meses com entrada franca. A programação de março pode ser conferida na coluna ao lado. A programação geral do cinema universitário pode ser acompanhada pelo endereço www.facebook.com/salaredencao.

CINEMA

Mostra François Truffaut: os filmes de uma vida

No ano em que se completam três décadas da morte de François Truffaut, o cinema universitário Sala Redenção organizou uma mostra que apresenta as produções citadas pelo cineasta no livro *Os filmes de minha vida*, em que ele fala sobre os diretores que fizeram parte da sua formação. A curadoria é de Tânia Cardoso. Sessões com entrada franca.

ZERO EM COMPORTAMENTO (*Zéro de conduite: jeunes diables au collège*, França, 1933, 41 min), de Jean Vigo
Sessões: 6 de março, 16h; 13 de março, 16h



O ATALANTE (*L'Atalante*, França, 1934, 89 min), de Jean Vigo
Sessões: 6 de março, 19h; 7 de março, 16h

NAPOLEÃO (*Napoleón*, França, 1927, 240 min), de Abel Gance
Sessões: 7 de março, 19h; 10 de março, 19h

UM DIA NO CAMPO (*Partie de campagne*, França, 1936, 40 min), de Jean Renoir
Sessões: 10 de março, 16h; 11 de março, 16h

A GRANDE ILUSÃO (*La grande illusion*, França, 1937, 110 min), de Jean Renoir
Sessões: 11 de março, 19h; 12 de março, 16h

A BESTA HUMANA (*La bête humaine*, França, 1938, 100 min), de Jean Renoir
Sessões: 13 de março, 19h; 14 de março, 16h

A REGRA DO JOGO (*La règle du jeu*, França, 1939, 110 min), de Jean Renoir
Sessões: 14 de março, 19h; 17 de março, 16h

A CARRUAGEM DE OURO (*Le carrosse d'or*, França, 1953, 103 min), de Jean Renoir
Sessões: 17 de março, 19h; 18 de março, 16h

FRENCH CANCAN (França, 1954, 102 min), de Jean Renoir
Sessões: 18 de março, 19h; 19 de março, 16h

MADAME BOVARY (França, 1933, 100 min), de Jean Renoir
Sessão: 20 de março, 16h

AS ESTRANHAS COISAS DE PARIS (*Élena et les hommes*, França, 1957, 95 min),

de Jean Renoir
Sessões: 20 de março, 19h; 21 de março, 16h

O TESTAMENTO DO DOUTOR CORDELIER (*Le testament du Docteur Cordelier*, França, 1959, 105 min), de Jean Renoir
Sessões: 21 de março, 19h; 24 de março, 16h

O RIO SAGRADO (*The river*, França, 1951, 92 min), de Jean Renoir
Sessões: 24 de março, 19h; 25 de março, 16h

O MARTÍRIO DE JOANA D'ARC (*Le passion de Jeanne D'Arc*, França, 1928, 82 min), de Carl Dreyer
Sessões: 25 de março, 19h; 26 de março, 16h

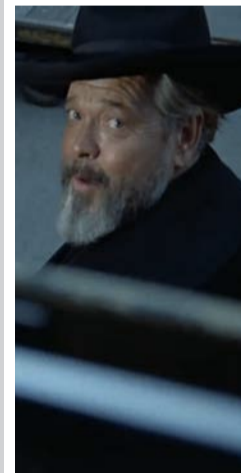
O GRANDE DITADOR (*The great dictator*, EUA, 1940, 128 min), de Charles Chaplin
Sessões: 27 de março, 16h; 31 de março, 19h

LADRÃO DE ALCOVA (*Trouble in Paradise*, EUA, 1932, 83 min), de Ernst Lubitsch
Sessões: 27 de março, 19h; 28 de março, 16h

DEPOIS DO VENDAVAL (*The quiet man*, EUA, 1952, 129 min), de John Ford
Sessões: 28 de março, 19h; 31 de março, 16h

História da Arte e Cinema: Heterotopias

Ciclo de filmes que permitem explorar temas da história da arte a partir da tela do cinema. Ao final de cada sessão, bate-papo com convidados. A coordenação é do professor Luís Edegar Costa. Sessões mensais com entrada franca na Sala Redenção.



VERDADES E MENTIRAS (*F for fake*, Alemanha, França, Irã, 1973, 86 min), de Orson Welles
Documentário sobre fraudes e falsificações, que tem como protagonistas o próprio Welles, Elmyr de Hory, um dos maiores falsários do mundo das artes, e seu biógrafo, Clifford Irving, também conhecido pela autobiografia fraudulenta do bilionário Howard Hughes.
Palestrante convidado: Luís Edegar Costa
Sessão: 19 de março, 19h

CineDHebate Direitos Humanos

Atividade que oferece uma reflexão crítica sobre temas em direitos humanos. Coordenação de Giancarla Brunetto e curadoria de Nykolas Friedrich Von Peters Correia. Sessões na Sala Redenção com entrada franca.

O ÚLTIMO CHÁ DO GENERAL YEN (*The bitter tea of general Yen*, EUA, 1933, 88 min), de Frank Capra
Missionária americana viaja pela China durante a guerra civil naquele país para se casar e acaba prisioneira de um general.
Sessão: 26 de março, 19h

Diálogos entre o Cinema e a Ciência Política

Atividade de extensão do Cineclube da Ciência Política do IFCH. Após cada sessão, debate com professores convidados.



NO (Chile, 2012, 118 min), de Pablo Larraín
O filme reconstitui o plebiscito chileno de 1988, convocado por pressão internacional e em que Pinochet pretendia conseguir o aval popular para continuar no poder depois de 15 anos do golpe. Debatedor: André Marengo (PPG em Ciência Política)
Sessão: 13 de março
Local e horário: miniauditório do IFCH, 18h30
Inscrições pelo site www.ufrgs.br/cinema-ciencia-politica

ONDE?

► **Miniauditório do IFCH**
Av. Bento Gonçalves, 9.500
Fone: 3308-6975

► **Museu da UFRGS**
Av. Osvaldo Aranha, 277
Fone: 3308-3390

► **Praça Central do Câmpus do Vale**
Av. Bento Gonçalves, 9.500
Fone: 3308-3933

► **Sala João Fahrion**
Av. Paulo Gama, 110, 2.º andar
Fone: 3308-3034

► **Sala Redenção**
Rua Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► **Salão de Atos**
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3066

MÚSICA

Vale Doze e Trinta

Projeto cultural em que se propõe a realização de shows musicais no Câmpus do Vale. Entrada franca.



SIBA E ANTONIO LOUREIRO
O músico pernambucano Siba se alia ao compositor e instrumentista Antonio Loureiro para abrir a 6.ª edição do Vale Doze e

Trinta. O show apresenta canções de “Avante”, o mais recente disco solo de Siba, e outras composições feitas em parceria com Antonio Loureiro. Data: 11 de março
Local e horário: Praça Central do Câmpus do Vale, 12h30
Entrada franca

Núcleo da Canção

Na primeira atividade do ano do projeto que abre espaço para a troca de conhecimentos sobre a canção popular brasileira, o cantor e compositor Siba participa de audição comentada por Arthur de Faria. Data: 11 de março
Local e horário: Sala Fahrion, 19h
Inscrições pelo site www.difusaocultural.ufrgs.br

ESPECIAL

Aula Magna

Conferência com Sebastião Salgado, um dos mais respeitados fotógrafos da atualidade. Data: 14 de março
Local e horário: Salão de Atos, 10h
Entrada franca

Lançamento

Integrando a programação do Museu da UFRGS, será lançado o livro “Patrimônio Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandai”, da professora Rumi Kubo. Data: 26 de março
Local e horário: mezanino do Museu, 19h
Entrada franca

EXPOSIÇÃO

12.000 Anos de História: Arqueologia e Pré-História do RS

Mostra do Museu da UFRGS sobre a História da Arqueologia no RS que tem como inspiração o ofício do arqueólogo e apresenta a história pré-colonial do estado. Visitação: até 18 de julho, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h
Entrada franca

Meu Lugar na UFRGS

GUSTAVO DIEHL/JU



Fotógrafo dos cartões

Se você é aluno da UFRGS, já precisou passar pelo local de trabalho de Celso de Andrade Alves. Na Central de Identificação desde 2001, o técnico administrativo é responsável pelas fotografias presentes no cartão dos alunos, professores e servidores da Universidade.

Em uma sala no primeiro andar do Anexo I da reitoria, Celso chega a receber de 15 a 16 mil pessoas por ano. Elas vão até lá solicitar o Cartão UFRGS, documento indispensável para os serviços de biblioteca, restaurante universitário e, em alguns casos, para o acesso aos prédios.

O vínculo de Celso com a Universidade antecede a sua própria trajetória. O pai e o avô também foram servidores, portanto, o caminho trilhado é tido como natural. Ele ingressou no ano de 1977, tendo exercido funções tanto na Escola de Engenharia quanto na Faculdade de Agronomia, até finalmente chegar ao lugar em que presentemente atua. Técnico em fotografia, encontrou no setor o local ideal para conciliar os cliques com o trabalho. “Essa sempre foi minha área”, explica.

Basta entrar na sala do servidor para ver que sua relação com a fotografia não se limita aos retratos que faz dos universitários. O ambiente é decorado com imagens presas à parede, resultantes de manipulações realizadas por ele. Para este ano, planeja uma exposição desses trabalhos.

Há 13 anos na Central de Identificação, Celso revela ter uma rotina tranquila. Chega às oito horas da manhã, conversa com um ou outro servidor, liga os aparelhos e, para dar início aos trabalhos, prepara o café, “que não pode faltar”. A turbulência, revela, ocorre sobretudo em fevereiro, quando milhares de calouros vão até lá solicitar o cartão para poderem, enfim, desfrutar os serviços universitários. “Chegam a vir 350 pessoas por turno”, calcula.

Mas isso não significa que nos outros meses o movimento desapareça. Ao longo do ano, Celso fotografa, junto com o colega Luiz Eduardo Cavalheiro, cerca de 50 pessoas por turno, entre alunos de cursos de especialização, novos servidores

e funcionários. Além disso, o número de solicitações de segunda via tem crescido muito. Em 2013, chegou a dois mil. Segundo Celso, isso permite notar “como o mundo vem se modificando”, pois a maior parte das perdas decorre de assaltos.

Perguntado se há muita gente insatisfeita com o resultado das fotos, ele explica que faz o possível para evitar que isso ocorra, orientando as pessoas: “Se quiser sair legal, sai sorrindo”. O conselho é dado em especial no período das matrículas, pois, em função da grande quantidade de público, raramente há tempo para repetir os retratos. “Nessa época não dá para ficar mostrando as fotos para cada um.”

Quando o tempo é mais folgado, Celso pode dar mais atenção a quem passa por lá. “Eu cheguei a fotografar sete vezes uma mesma guria”, revela sorrindo. Porém, faz questão de dizer que os guris também são vaidosos. “Já pintou muita história engraçada”, conta o técnico. Um caso interessante ocorreu quando uma senhora com problema de visão foi até lá fazer o cartão, mas não queria tirar os óculos para ser fotografada, o que prejudica o resultado da imagem. “Eu sentei com ela, fui conversando e ofereci um cafezinho. Quando estava mais relaxada, pedi para ela olhar para a câmera e consegui tirar uma foto bacana. Ela ficou tão faceira que disse que ia me dar um presente. Mas é o meu trabalho, né?”.

Celso relembra momentos que marcaram a sua trajetória na Universidade. Os seus trinta anos de carreira e a aposentadoria de seu pai são alguns deles. “Ele era técnico em mecânica da Engenharia. Foi muito emocionante vê-lo sendo homenageado.” Sindicalista ligado à ASSUFRGS, guarda também com carinho as conquistas obtidas ao longo da luta da categoria. “Fizeram me valorizar como pessoa, como sindicalista e como cidadão”, avalia.

Júlia Corrêa, estudante de Jornalismo da Fabico

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Dedicação 24 horas

Rita Alves
*A perseverante
(e única)
meteorologista
da UFRGS*

Se fosse possível definir pessoas com um único substantivo, a palavra dedicação seria a mais indicada para descrever a professora do Instituto de Geociências da UFRGS Rita de Cássia Marques Alves. Única meteorologista presente no atual corpo docente da Universidade, ela ocupa quase a integralidade de seu tempo com os projetos que coordena no Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia (CEPSRM), no Câmpus do Vale – praticamente sua segunda casa. “Às vezes, eu saio daqui às 11 horas da noite, levo trabalho para casa, mas isso não me incomoda nem um pouco, adoro o que faço”, afirma.

A pesquisadora segue neste ritmo desde que veio fazer seu pós-doutorado no Instituto de Física da Universidade em 2000, logo após sagrar-se doutora pela Universidade de São Paulo (USP). Naquele mesmo ano, ela montou seu primeiro laboratório no CEPSRM – feito que repetiria em 2007, ao iniciar e concluir, ainda em seu primeiro ano como docente na UFRGS, a construção do pioneiro Laboratório de Meteorologia da instituição. “Eu

sou muito chata, bato em porta, vou atrás mesmo, tanto de recursos quanto de apoio para pesquisa”, conta Rita de Cássia, sem esconder o sentimento de orgulho.

Legado estudantil – Quem olha para a meteorologista hoje não imagina que o início da sua bem-sucedida trajetória em sua terra natal, Pelotas, foi quase um golpe de sorte. “Quando tinha 17 anos, em 1987, concluí o ensino médio e automaticamente me inscrevi no vestibular da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Como sempre gostei mais das ciências exatas, busquei um curso relacionado a essa área. Só que, na hora da inscrição, me dei conta de que não havia opção de cursar Matemática, Física nem mesmo Engenharia. Perguntei para a moça que me atendeu o que tinha de mais parecido, e foi aí que eu resolvi fazer Meteorologia”, relata, entre risos, a professora.

A paixão pela profissão, escolhida praticamente ao acaso, demoraria ainda alguns anos para aflorar, e foi precedida por outra: o movimento estudantil. Logo no segundo ano na graduação, Rita de Cássia passou a fazer parte do Diretório Acadêmico do curso de Meteorologia da UFPEL e, em seguida, do Diretório Central dos Estudantes daquela universidade. A partir daquele momento, a militância passou a ser a prioridade na vida da jovem.

“O movimento estudantil prejudicou os estudos, mas, por outro lado, propiciou um grande aprendizado. Além de ter tido a oportu-

nidade de viajar pelo Brasil inteiro, foi nessa época que aprendi a não ter medo nem vergonha de ir atrás das coisas em que acredito. Acho que é por isso que hoje tenho essa facilidade em conseguir recursos e apoio para as atividades científicas das quais tomo parte”, avalia. “Todo mundo deveria participar um pouquinho que seja da militância estudantil na época da faculdade. Até o ponto de não desfocar muito dos estudos, claro”, acrescenta.

Mas, segundo a professora, a rebeldia daqueles tempos ficou somente o aprendizado. Atualmente, ela se envolve unicamente com a política acadêmica e se mostra satisfeita com o desempenho do governo federal na área do ensino superior. “A universidade já esteve completamente sucateada. Agora, com o governo do PT, a gente nota muitas melhorias”, aponta.

O gosto pela profissão de meteorologista só veio no último ano da faculdade, quando Rita de Cássia teve a oportunidade de realizar um estágio de um mês e meio no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). “Eu estava acostumada, no curso de Meteorologia, a aulas muito teóricas, sem muita conexão com as práticas profissionais da área. Além disso, como não tínhamos equipamentos avançados, víamos tudo impresso em papel. Quando cheguei ao INPE, me deparei com todos aqueles computadores, que recebiam as imagens diretamente via satélite e conseguiam fazer as animações dos fenômenos atmosféricos. Pude, enfim, ver a aplicação de toda aquela teoria. Foi aí que me apaixonei pela coisa”, recorda a pesquisadora, que, desde então, buscou a carreira acadêmica, ignorando a possibilidade de fazer qualquer trabalho de previsão do tempo em rádio e televisão. “Não sou muito de me expor”, laconiza.

Família “a distância” – A filha, Alana, de 16 anos, está cursando o ensino médio no estado norte-americano de Massachusetts. O esposo, físico, vive em Brasília. A mãe, em Pelotas. “Viu, é por isso que eu trabalho tanto”, diverte-se a meteorologista. “Mas a gente nunca perde o contato. Costumamos nos visitar com frequência, falo com minha filha todos os dias, e ela sempre dá um jeito de passar um tempo aqui em Porto Alegre.” A jovem, que ao contrário da mãe tem mais interesse pelas humanidades que pelos números, pretende continuar nos Estados Unidos para, talvez, fazer faculdade – no que tem o apoio de Rita. “Claro que bate a saudade, mas acho que filho é para o mundo, tem de aprender a se virar sozinho, trabalhar e ir atrás do que acredita – desde que faça a coisa certa”, declara, em tom bem maternal.

Murilo Zardo, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico



RAMON MOSER/JU

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

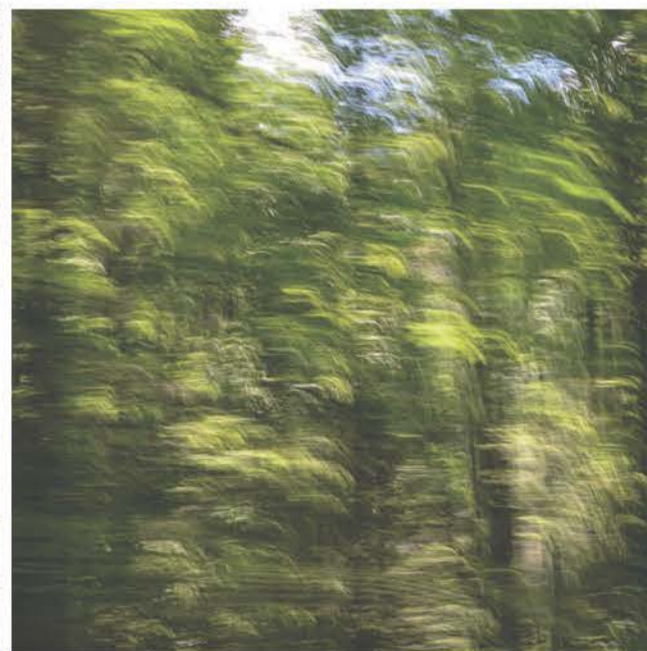
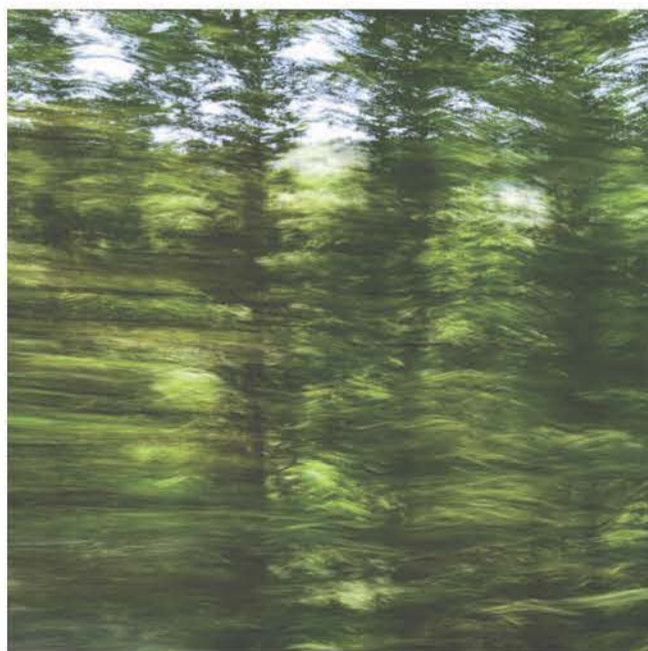


Fading Away

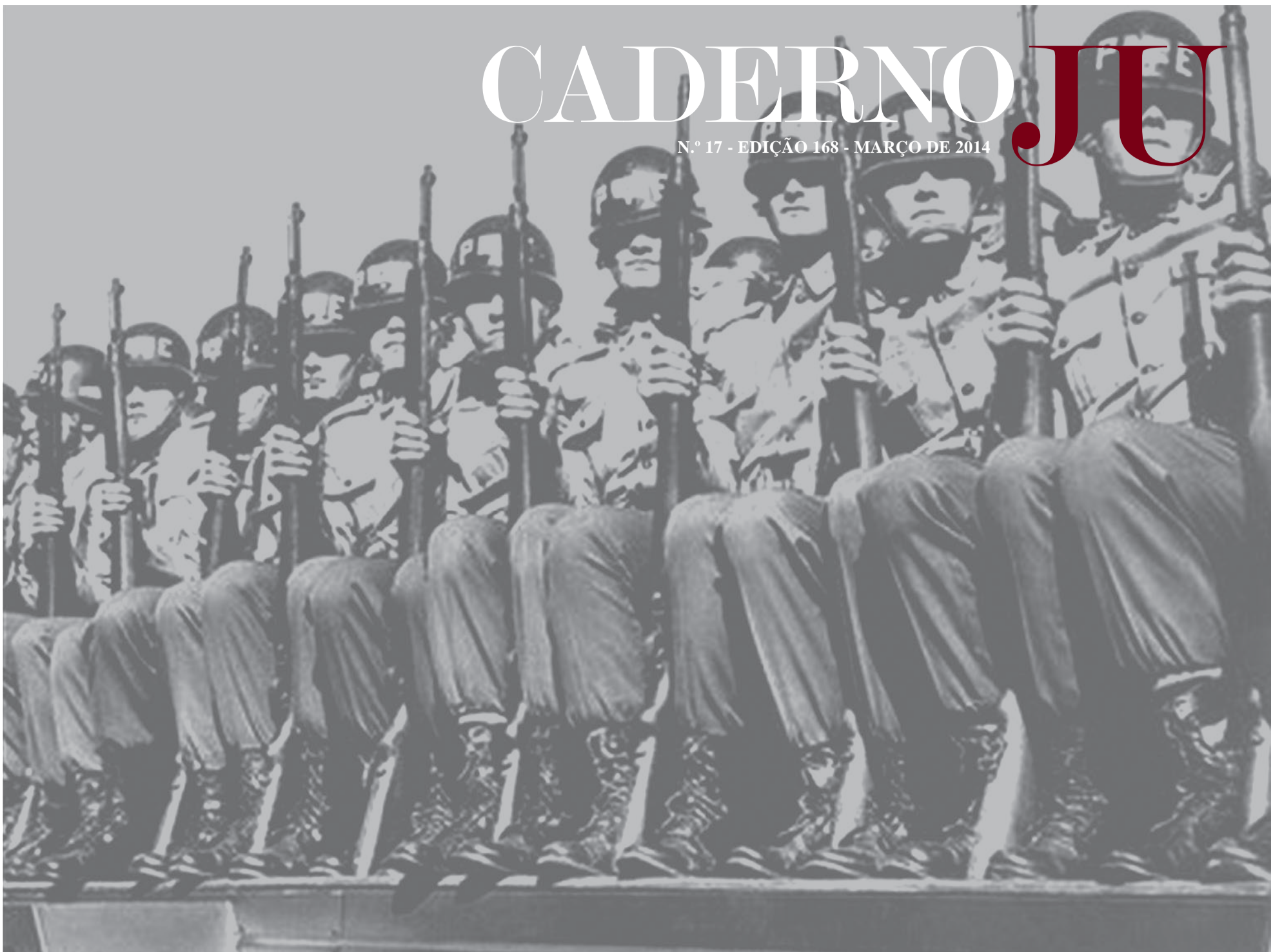
TEXTO E FOTOS **BEATRIZ FIRPO**

Dito em poucas palavras, paisagem é tudo o que se vê, é aquela extensão de terra entre os olhos e a linha do horizonte. A paisagem está lá, aqui ou aí, basta observar. Em meu caso particular, além de ser o que é visto, é também o objeto do meu trabalho nas mais variadas formas e escalas: é o que eu invento, restauro e recrio. Paisagem é mais do que o mero chão em que piso.

As fotos desta página fizeram parte da exposição *Fading Away*, apresentada em uma das galerias da Casa de Cultura Mário Quintana, neste verão, dentro da programação do 3.º Prêmio IEAVI – Incentivo à Produção de Artes Visuais, do Instituto Estadual de Artes Visuais. Reúne um conjunto de fotografias que registram paisagens cuja realidade é intermediada pelas lentes de uma câmera fotográfica. Fugidias, foram obtidas a partir de automóveis em movimento, permitindo mostrar a cena que estava e que não estava lá. *Fading Away* mostra paisagens inventadas, onde poesia, ilusão e abstração são bem-vindas. A curadoria foi do Kíneso Coletivo de Criação Cultural.



BEATRIZ FIRPO, SEGUNDO ELA MESMA, NÃO É “ARTISTA-ARTISTA”. É AGRÔNOMA E, ATUALMENTE, CURSA DOUTORADO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE MINAS, METALÚRGICA E DE MATERIAIS DA UFRGS, ESTUDANDO QUESTÕES REFERENTES A REJEITOS DA PRODUÇÃO DE CARVÃO.



Triste aniversário

TEXTO ÂNIA CHALA

Golpe civil-militar *Interesses econômicos e disputas políticas explicam o movimento que jogou o Brasil em uma ditadura por mais de 20 anos*

Passados 50 anos do golpe de março de 1964, é crucial refletir sobre o ambiente político que o gerou e as suas consequências para o país. O Brasil vivia então um período de grandes mobilizações: de um lado, apoiadores das reformas do presidente João Goulart; de outro, setores conservadores ameaçados por essas mudanças. Marcado pela desigualdade e muito atrasado em termos de conquistas sociais – que já existiam há quase cinco décadas na Argentina, no Uruguai e no Chile –, o Brasil experimentava avanços importantes para grande parte da população brasileira.

A tensão atingiu o auge quando Jango falou publicamente em reforma agrária e controle dos lucros das empresas multinacionais. Então, rapidamente a classe média foi acionada por toda a mídia contra a ameaça do comunismo. O jogo ideológico gestado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), organizações civis apoiadas pela CIA, havia arregimentado importantes formadores de opinião pública. Tudo isso, no final de março daquele ano, acabou se combinando. Como assinalam vários historiadores, os grupos

conservadores haviam vencido a batalha simbólica se apresentando como defensores da ordem legal. Assim, na madrugada de 31 de março para 1.º de abril, o general Olympio Mourão Filho, comandante da 4.ª Região Militar (que corresponde ao estado de Minas Gerais), iniciou a movimentação de tropas, visando derrubar o governo. Jango ainda ensaiou uma resposta, viajando a Porto Alegre. Porém, sabendo que os golpistas tinham muita força e o apoio dos EUA, chegou à capital gaúcha decidido a não oferecer resistência. Pretendia evitar uma guerra civil.



(1) Manifestantes em frente à Prefeitura de Porto Alegre durante a campanha da Legalidade em 1961
 (2) Em 1964, população protesta junto ao antigo abrigo dos bondes, na Praça XV, no centro da capital
 (3) O governador Ildo Meneghetti faz discurso na cidade de Passo Fundo em apoio ao golpe, também em 64

Comunismo deso

Para entender o que ocorreu em 1964, é preciso retroceder no tempo. Conforme o professor Enrique Padrós, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, o período anterior ao golpe é marcado por um processo de industrialização e de modernização da economia e da infraestrutura. “Há uma sequência de projetos econômicos a partir da década de 30, particularmente nos governos de Getúlio Vargas e, depois, no de Juscelino Kubitschek, que fazem com que o Brasil deixe de ser marcadamente agrícola e se torne um país industrializado. Também existe a ideia de um estado nacional forte, embora a economia ainda deixe muito espaço para a entrada de capital estrangeiro”, enumera. Mas, segundo ele, a marca principal para entender as pressões pré-golpe é o processo de urbanização induzido pela industrialização, que terá por consequência dois movimentos simultâneos: primeiro, a incorporação de camadas da população que se transferem para as cidades; segundo, a concentração dessas novas populações nas cidades e a sua combinação com as classes subalternas que já viviam na zona

urbana, o que desencadeia um processo muito forte de politização. Enrique acrescenta que essa politização tem por característica a tradição do trabalhismo, com a presença de lideranças carismáticas e certo controle dos sindicatos a partir do Estado. Outro aspecto apontado pelo historiador, secundário em termos de impacto, é a influência do Partido Comunista, que, apesar de continuar na ilegalidade, tinha grande importância nos planos cultural e educativo e nos sindicatos.

Pedro Fonseca, docente da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, considera que o golpe é resultado de um desfecho. “Em 1951, a oposição já não queria que Getúlio Vargas tomasse posse. Em 1954, o presidente comete suicídio e há uma revolta muito grande da população contra os opositores de seu governo. Na sequência, de novo se tenta impedir a posse de Juscelino. Em 1961, tivemos a Campanha da Legalidade, na qual Brizola garantiu a posse de Jango Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. Desde os anos 50 havia uma polarização do Brasil, com dois projetos econômicos

Resistência esqu

Quem se dispõe a fazer uma rápida leitura dos jornais da época, encontra o registro de inúmeras manifestações de apoio ao golpe e raras de resistência. Em 1.º de abril, a *Folha de S. Paulo* afirmava: “A subversão, além de bloquear os dispositivos de todo o hemisfério, lançaria nas garras do totalitarismo vermelho a maior população latina do mundo”. No dia seguinte, *O Globo* arrematava: “Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos”. Já o jornal *Última Hora*, praticamente o único a apoiar Jango, publicava na capa da edição carioca: “Jango no Rio Grande e Mazzilli empossado”. Logo abaixo, outra manchete dava conta de que a redação do jornal havia sido depredada e incendiada pela polícia do governador Carlos Lacerda.

Mas, se cinco décadas depois essas manchetes soam distantes, a frequente afirmação de que não houve resistência ao golpe revela-se uma falácia. “Sempre há resistência. Ela pode ser mais ou menos visível; até cruzar os braços é uma forma de resistir”, assinala

o professor Enrique Padrós. Recentemente, o pesquisador participou de uma banca de defesa de tese de uma banca Maria, para avaliar um trabalho sobre certa organização armada pouco conhecida, chamada Movimento Revolucionário Tiradentes. “Esse grupo atuou em São Paulo e 80% dos seus militantes eram operários. Essa foi uma realidade negada pela historiografia e pela mídia. Lamentavelmente, para isso contribuiu a visibilidade conquistada pelos sobreviventes, a maioria deles de classe média, que passaram a atuar depois de 1968 em organizações armadas. Como sempre, os operários foram os últimos a serem lembrados, ao ponto de que até hoje parece não existir uma história da sua resistência.”

Na visão do pesquisador, alguns elementos ajudam a entender por que não houve uma resistência ao golpe a partir do Rio Grande do Sul. Primeiro, o presidente deposto sempre teve uma postura conciliadora e, quando o golpe se consuma, ele tem informações da dimensão do movimento e também da presença norteamericana. “Os Estados Unidos iam intervir no Brasil. A chamada operação Brother Sam tinha

o foi culpa ideológica

em conflito. Ambos eram capitalistas, mas o projeto de oposição a Vargas, que não tinha sustentação junto aos trabalhadores, era menos democrático, prevendo uma associação ao capital estrangeiro e uma maior concentração de renda. Os defensores desse projeto eram contrários, por exemplo, à Petrobras estatal.” Na opinião do professor, a radicalização que levou ao suicídio de Vargas acabou impedindo o golpe em 1954, uma vez que a reação popular contra a oposição foi violentíssima. Isso fez a UDN recuar, e o ex-presidente ficou como herói.

Política e economia – O professor Enrique lembra que, em 1960, Jânio Quadros havia vencido uma eleição com uma característica incomum, porque na época as candidaturas de presidente e vice não compunham uma mesma chapa. Jânio representava os setores conservadores e vinha de um partido pequeno de São Paulo que foi apoiado pela UDN. João Goulart, que acabou sendo eleito como vice-presidente, era candidato da oposição e uma figura conhecida desde os tempos de Getúlio, quan-

do ocupou o Ministério do Trabalho. “Claro, ninguém contava com a renúncia de Jânio, que ficou no cargo de janeiro a agosto de 1961. Quando ele renuncia, ocorre uma tentativa de golpe porque a direita já imaginava a linha reformista do novo governo. Aí tivemos a Campanha da Legalidade. Há uma negociação. É um golpe parcialmente vencedor, porque consegue impor o Parlamentarismo, mas um ano depois isso se reverte, e João Goulart assume a condição de presidente. Porém, desde que ele assume, esse golpe não para de acontecer: há sabotagens, boicotes, e a direita trata de preparar a cabeça da classe média”, avalia.

Do ponto de vista da economia, Pedro acredita que o estopim do golpe se deu quando Jango enviou ao Congresso Nacional os projetos da lei de remessa de lucros e da reforma agrária. “A lei de remessa, que propunha limitar o envio dos lucros das empresas estrangeiras ao exterior, desagradou aos setores da economia alinhados ao capital estrangeiro. Já a proposta de reforma agrária assustou os empresários do setor. A conjugação desses dois fatores serviu para reforçar a aliança

entre o capital estrangeiro e os setores agrários conservadores.” Ele destaca ainda o papel de organizações civis, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). “O IBAD era uma organização anticomunista criada em 1959 que congregava vários empresários e possuía ligações com a CIA estadunidense. Funcionou até dezembro de 1963, quando foi extinto por ordem judicial.”

O objetivo era reverter a economia aos padrões que interessavam aos EUA

Esses institutos recebiam dinheiro do exterior para financiar campanhas de deputados, remunerar jornalistas e pagar bolsas de estudos a acadêmicos que eram afinados com o ideário favorável aos interesses do capital estrangeiro.

“Vale lembrar que o dinheiro vinha do exterior, mas quem conspirava eram brasileiros. É preciso cuidado porque, às vezes, pode parecer que o golpe de 1964 foi articulado lá fora por estrangeiros. Havia os militares liderados pelo Médici, o Geisel, o Figueiredo, e civis, como o Magalhães Pinto e o Ildo Meneghetti. E havia financiamento do capital estrangeiro, mas o golpe foi articulado e colocado em prática por brasileiros. Além disso, naquela época, a igreja católica era muito conservadora e deu apoio incondicional. Junte a isso o fato de que os imigrantes e seus descendentes, de maioria católica, também eram muito conservadores. Tudo isso, mais tarde, contribuiu para que a Aliança Renovadora Nacional (Arena) conquistasse uma grande base civil”, reforça o professor.

Enrique ressalta que o complexo IPES/IBAD era patrocinado pelos donos das empresas mais modernas do país: “Além disso, tínhamos o olhar direto dos EUA, devido ao temor de que o processo ocorrido em Cuba se espalhasse pelo resto do continente sul-americano. Esse medo da cubanização do Brasil foi superdimensionado

pela propaganda, pois o governo Jango está longe de tudo isso. Por outro lado, tem o apoio do Partido Comunista, que continua na ilegalidade. Isso ajuda a aumentar o medo do comunismo e desgastar a imagem de seu governo”.

Na visão do professor Enrique, o objetivo do golpe não foi acabar com o comunismo. “Essa era a desculpa ideológica! O objetivo mesmo era garantir o mercado, reconvertendo a economia aos padrões que interessavam aos Estados Unidos. Podia até haver indústrias, mas não do tipo que propiciassem a formação de um operariado forte ou de uma burguesia nacional. Senão, amanhã ou depois, essa indústria brasileira iria competir no resto da América Latina com os produtos dos EUA.”

Por outro lado, Enrique pondera que um dos elementos que explica a ojeriza das forças armadas a Jango é o processo de politização da baixa oficialidade, que tenta organizar sindicatos, denunciando o absurdo da dominação da oficialidade autoritária, antidemocrática e conspiradora. Quando Jango acolhe essas demandas, isso gera a coesão da alta cúpula militar.

ecida

um porta-aviões estadunidense pronto para agir. Jango sabia dessas informações, e o fato de ele adotar essa postura de não resistência quebrou com toda a hierarquia que ainda poderia resistir.” Ainda na interpretação do professor Enrique, também pesou a ausência de Leonel Brizola. “Ele não havia conseguido fazer o seu sucessor, que foi derrotado por Ildo Meneghetti. À época, o ex-governador tentava projetar-se nacionalmente para ser um futuro candidato presidencial e optou por participar da política no Rio de Janeiro. Por isso, quando ocorre o golpe, não tem mais acesso a um dispositivo militar como tinha em território gaúcho”, lembra. Mesmo assim, houve reuniões em Porto Alegre para tentar promover alguma resistência a partir do estado.

Grupos dos Onze – Em alguns quartéis do país, a baixa oficialidade e até alguns oficiais ficaram de prontidão esperando uma ordem de Jango. Segundo Enrique, isso ocorreu principalmente em unidades navais do Rio de Janeiro, com marinheiros que ficaram à espera de uma ordem do presidente deposto por dois ou três dias, até

que foram presos ou tiveram de fugir. “Havia ainda um dispositivo cuja força concreta até hoje não se conhece muito bem, os chamados Grupos dos Onze, que Brizola organizou depois da Legalidade. Atento ao que ocorria no restante da América Latina, Brizola tinha o entendimento de que o governo de Jango iria radicalizar cada vez mais e que isso exigiria não só uma expressão militar, mas também uma população militarizada e pronta para resistir. Por isso, tem a ideia de formar milícias populares, grupos de onze pessoas, numa alusão aos times de futebol, que se organizariam por todo o país com uma infraestrutura mínima de armas e alguma forma de estruturação política para, caso necessário, agir. Os golpistas aproveitaram essa ideia, considerando-a uma baita estrutura militar, o que ajudou a sustentar a tese de um futuro golpe da esquerda. Mas, quando o golpe acontece, esses grupos se mostram precários, isolados e muito menos orgânicos do que se poderia imaginar. Mesmo assim, temos informações de que muitos deles ficaram à espera de algum comando, que não chegou”, conclui o professor.

Repressão brutal

Conforme lembra a professora Vanessa Chiari Gonçalves, da Faculdade de Direito, torturam-se pessoas no Brasil desde a conquista por Portugal. “A diferença é que no período de regime autoritário a violência estatal voltou-se contra estratos intelectualizados da população considerados subversivos. Hoje, a violência policial permanece sendo uma triste realidade, mas ocorre na clandestinidade”, destaca.

Ela assinala que, durante a ditadura, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi muito atuante, assim como outras organizações da sociedade civil. “Ocorre que, de início, uma parte significativa da população apoiava o golpe por medo de que se instalasse o comunismo. Só com o tempo, o fechamento do Congresso Nacional e as denúncias de torturas e desaparecimento de pessoas é que certas personalidades influentes passaram a refutar o regime militar.” Vanessa pondera que a maioria da população ficou alheia aos acontecimentos, seja por desconhecimento, devido à censura, seja por entender que o país estava mais seguro com os militares no poder. “Assim, as ações das organizações no combate ao regime militar tiveram pouca expressividade”, observa.

Para o professor Enrique Padrós, os Grupos dos Onze sofreram a primeira grande repressão que houve no Brasil em 64 mesmo, pois eles foram vistos como inimigos pelos militares, devido à possibilidade de que estivessem armados. Enrique diz que, há dez anos, quase não se falava em ditadura e há quem até hoje insista no termo regime militar. “Na pior das hipóteses, aceitavam que a violência havia começado após o AI-5 como uma resposta à escalada do terrorismo. Mas tão logo ocorreu o golpe de 64 foi deflagrada a ‘operação limpeza’: o parlamento foi fechado, todos os partidos foram proibidos e milhares de funcionários públicos foram expulsos de lugares estratégicos nas universidades, nas autarquias e nas empresas estatais. Além disso, todos os políticos vinculados ao governo de Jango tiveram os direitos cassados”, aponta. Os alvos militares do golpe foram o Partido Trabalhista, os comunistas conhecidos e as suas estruturas, os estudantes e a UNE – cujo prédio foi incendiado logo em seguida –, e organizações sindicais mais combativas, além dos militares que não aderiam ao golpe ou sobre os quais pesava a

suspeita de que não adeririam.

Conforme o professor, talvez a diferença em relação ao que ocorre após a decretação do AI-5 é que ainda não temos as práticas de extermínio e de desaparecimento que teremos depois. “Mas é uma política estatal repressiva em que a tortura já está presente, tanto que um dos resultados imediatos é o exílio. Se em 64 ainda não se mata e desaparece em grande escala em nosso país, nos outros golpes que ocorreram mais tarde na Argentina, no Uruguai e no Chile, os golpistas já arrancam a partir daí e as experiências repressivas passam a ser permanentemente compartilhadas entre os militares desses países”, sustenta.

Enrique Padrós finaliza observando que as ditaduras não se sustentam sozinhas. Os militares não agiram sozinhos, basta lembrar que ministérios estratégicos, como o da Fazenda ou o das Relações Exteriores, sempre estiveram nas mãos dos civis. “É curioso quando comparamos o que ocorreu aqui na área do ensino durante a ditadura com o que aconteceu em outros países. No Chile, o sistema de ensino foi destruído. No Brasil, a ditadura não destrói a universidade, ela aniquila o seu pensamento crítico por meio dos expurgos de professores, alunos e servidores técnicos. Por outro lado, disponibiliza mais infraestrutura e técnica o ensino superior, uma vez que uma universidade altamente especializada, que pensa como a ditadura quer, serve de instrumento fundamental para a construção do país”, conclui.

Vanessa ressalta que, em que pese o fato de hoje vivermos em uma democracia, torturas e abusos de presos ainda são uma realidade. “E não só nas prisões as pessoas são privadas de sua dignidade, também nas abordagens policiais a tortura é uma realidade, especialmente quando se trata de acusado de prática de crime e que pertença aos estratos excluídos. Não se trata de herança do regime militar, uma vez que essa realidade de violência pelos agentes estatais sempre existiu. A cultura e a pressão midiática fazem com que os brasileiros de modo geral entendam a violência policial como legitimada contra os ‘bandidos’. Além disso, as corregedorias das polícias protegem os policiais acusados, e o Ministério Público muitas vezes se omite. Não há uma fiscalização eficaz sobre o trabalho das polícias brasileiras”, critica.

Ditadura passada a limpo em aula

Professores discutem *limites e possibilidades* do ensino sobre o período ditatorial

FOTOS: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL/APEERS



Alunos do Colégio de Aplicação da UFRGS participam da oficina *Resistência em Arquivo*, pesquisando os pedidos de indenização das vítimas da repressão estatal

Em abril de 2013, três historiadores lançaram *Não calo, grito – Memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul*, obra distribuída gratuitamente às escolas da rede pública estadual. O livro resulta de um ano de pesquisa de Carla Simone Rodeghero, também professora de História da Universidade, Dante Guimaraens Guazzelli e Gabriel Dienstmann, e apresenta um retrato visual do período de 1945 a 1964 no estado, mostrando como se deu o enfrentamento ao regime militar no RS. Acompanha a publicação uma brochura destinada aos professores do ensino médio, trazendo sugestões para o uso do material em sala de aula. “Nossa intenção ao fazer um caderno pedagógico foi atingir um público que normalmente não é o alcançado por esse tipo de publicação. Isso porque, quando se tem uma visão conteudista, como a que norteia o ensino em nosso país, a gente cai em armadilhas que tornam difícil definir o que é mais importante discutir com os alunos”, diz a professora.

A opinião de Carla é compartilhada pelo colega do Departamento de História da UFRGS Enrique Padrós, que atuou na rede pública por dez anos. No entanto, ele avalia que o tema da ditadura vem sendo bem trabalhado em algumas escolas. “Até a segunda metade dos anos 80, esse era um assunto quase esquecido. Essa ausência se devia ao fato de que não dispúnhamos de materiais para poder fazer boas sínteses. Aquela era uma época politicamente ainda muito complicada. Esse quadro mudou de uns quinze anos para cá e, hoje, há um conjunto de docentes da rede pública que trabalha esse tema de forma muito boa”, assinala.

Carla ressalta que na área da História o grande objetivo é sempre procurar entender o que ocorre no presente a partir de um olhar para o passado. “Isso ajuda a compreender, por exemplo, o desprestígio da política e a corrupção. Entender o passado recente também pode servir para explicar as diferenças entre a juventude das décadas de 60 e 70, ativa e mobilizada, e a juventude atual, individualista e marcada pelo consumismo. É fundamental que os jovens de hoje saibam como era viver em um país onde era proibido se manifestar, até para que percebam por que não podemos dizer que vivemos sob uma ditadura”, aponta.

Desde 2009, a autora e outros colegas da Universidade participam do Programa de Educação Patrimonial, projeto desenvolvido pelo Departamento de História do IFCH em parceria com o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e que oferece oficinas para o público escolar, capacitações para estudantes de graduação e cursos de formação para professores.

No ano passado, foi realizada a oficina *Resistência em Arquivo*, dirigida a alunos do ensino médio, prioritariamente da rede pública. “Eles entraram em contato com cerca de dois mil pedidos de indenização encaminhados por pessoas que foram vítimas da repressão estatal. Esses processos surgiram na década de 1990, depois que o governo de Antônio Britto aprovou uma lei que previa indenização aos presos políticos. Nesse acervo preservado no Arquivo Público, há relatos documentados em que cada pessoa conta o que lhes aconteceu, anexando fotos e boletins de atendimento médico, além de testemunhos. Os estudantes ficam admirados de conhecer a experiência de pessoas perseguidas”, relata Carla.

Abordagem superficial – Vanderlei Machado, docente no Colégio de Aplicação da UFRGS, considera que o golpe militar e suas consequências é temática abordada de forma bastante superficial nas escolas. “Como existe uma grande demanda de conteúdos para a educação básica, nem sempre o professor consegue trabalhar todos os temas e períodos que gostaria. No currículo das escolas e nos livros didáticos esse assun-

to é geralmente estudado no final do ano letivo e de maneira aligeirada, muitas vezes sem que o professor busque saber o que o aluno já conhece sobre o tema”, critica. Nas escolas, a ditadura surge como conteúdo do nono ano do ensino fundamental e só volta a ser estudada no terceiro ano do ensino médio, também no final do ano letivo.

A saída para reverter esse quadro, segundo Vanderlei, seria trabalhar o tema durante todo o ano. Porém ele é bastante crítico quanto à qualidade do material didático disponível: “Os livros didáticos não mostram como a ditadura atingiu as pessoas no seu cotidiano. Eles tratam dos generais presidentes, do milagre econômico, dos grupos de esquerda insurgentes, mas não expõem a maneira como a repressão atingiu a maioria da população, que sofreu a limitação dos debates e manifestações públicas, a censura aos meios de comunicação, a queda na qualidade do ensino e o aumento das desigualdades em um país em que todos se sentiam vigiados, principalmente os professores em sala de aula. Por isso, o aluno de hoje não percebe de que forma a ditadura prejudicou os brasileiros”.

Já o professor Enrique Padrós é categórico: “Como a ditadura é um tema muito recente, se usava muito a desculpa de que ‘a gente tem de cumprir o programa’. Com isso, praticamente não se chegava à história do século XX, e os assuntos mais quentes eram simplesmente eliminados”.

Desconstruindo ideias – Vanderlei tem pesquisado o tratamento dado às mulheres nos livros didáticos. No que se refere à ditadura, ele denuncia o ocultamento da participação feminina no combate ao regime. “Nessas publicações, de maneira geral, as mulheres são invisíveis: não há menção a respeito da sua presença na luta armada contra os militares ou sobre a atuação do Movimento Feminino pela Anistia, em que pese extensa produção acadêmica nessa área”, reclama.

Também integrante do grupo envolvido com o Programa de Educação Patrimonial, do Arquivo Público do estado, o professor faz um relato sobre o impacto do projeto junto a seus alunos mais velhos: “Em 2013, trabalhamos de forma privilegiada a ditadura e a democracia no Brasil na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação. Tínhamos na mesma sala desde jovens destituídos de qualquer noção sobre o que foi aquele período até pessoas na faixa dos 60 anos, que tinham uma memória daquela época a partir da propaganda oficial. Aí foi preciso desconstruir ideias, como a de que o país havia tido índices bem menores de violência durante a ditadura, mostrando o quanto a censura impediu que as notícias sobre confrontos e assassinatos chegassem às páginas dos jornais”, relembra.

Para Vanderlei, ainda hoje vivemos os reflexos da ditadura. “Temos políticos com a mentalidade daquele período, e as forças policiais ainda lidam mal com os movimentos sociais”, sentencia.

O docente finaliza ressaltando o papel do Colégio de Aplicação da UFRGS no desenvolvimento de novas metodologias para abordar esse tema em sala de aula: “A ditadura precisa ser trabalhada de forma multidisciplinar, para que não só os professores de História, mas também os de Filosofia, Sociologia e Geografia, mostrem que ela não estava circunscrita ao Brasil naquele momento. Assim o aluno tem condições de construir a sua própria visão”.

Essa visão é corroborada por Enrique, que acrescenta: “Ainda há muitos professores desatualizados, por conta do tratamento que têm recebido por sucessivos governos. Hoje, falar sobre a ditadura é pop, até em função da Comissão da Verdade. Resta ver o que vai ficar de tudo isso”, conclui.

Os livros didáticos não mostram como a ditadura atingiu as pessoas no seu cotidiano, por isso o aluno de hoje não percebe como esse regime prejudicou os brasileiros